



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

PLANO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

JULHO, 2020

Ficha técnica

Plano de Estudos do curso de Licenciatura em Direito

Departamento de Ciências Sociais

Consultor: Mestre Miguel Mussequejua

Revisores: Mestres Gércio Rui Alberto e Augusto da Graça

Proibida a reprodução total ou parcial deste material sem a autorização expressa pelo ISCED.

@ Todos direitos reservados.

Índice

1. Introdução.....	5
2. APRESENTAÇÃO DOS PLANOS CURRICULARES DE LICENCIATURA EM DIREITO.....	6
3. Enquadramento do curso no Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior (QUANQUES)	7
4. OBJECTIVOS.....	7
5. Público alvo, perfil de entrada e requisitos de acesso.....	8
6. Requisitos de Acesso.....	9
7. Competências Genéricas.....	9
8. Saídas Profissionais	9
9. Perfil do Graduado	10
10. PERFIL PROFISSIONAL	11
11. Estratégias e ambientes de ensino aprendizagem	12
12. Características do ambiente virtual de aprendizagem	13
13. Ritmo do curso	13
14. Estratégias de avaliação dos estudantes	13
15. Organização e estrutura do currículo	15
Volume de trabalho e duração do curso	15
16. Plano de estudos.....	17
17. Inglês.....	19
18. Técnicas De Expressão Oral E Escrita	21
19. Metodologia de Investigação Científica.....	23
20. Tecnologias de Informação e de Comunicação	23
21. História do Direito.....	25
22. Introdução ao Estudo do Direito.....	29
23. Teoria Geral do Direito.....	30
24. Ciência Política	32
25. Direito Constitucional	33
26. História do Pensamento Jurídico	35
27. Economia Política.....	37
28. Hermenêutica e Interpretação do Texto Jurídico	39
29. Direito Internacional Público	41
30. Direito Administrativo.....	42
31. Direito Penal.....	44
32. Direito Fiscal e Aduaneiro	45
33. Direitos Fundamentais	47
34. Direito das Obrigações.....	48
35. Direito Financeiro.....	49
36. Direito Comunitário	51
37. Direito do Trabalho	52
38. Processo Executivo E Dos Recursos	76
39. Direito Económico.....	54

40.	Direito do Ambiente e do Urbanismo	55
41.	Direito dos Transportes	57
42.	Direito Comercial	59
43.	Direito Reais	61
44.	Filosofia do Direito	63
45.	DIREITO DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES	66
46.	Direito Comparado.....	69
47.	Contencioso Administrativo e Tributário.....	71
48.	Direito Processual Penal	74
49.	Direito Processual Civil –Declarativo	77
50.	Direito da Propriedade Intelectual	79
51.	Direito Penal Especial.....	82
52.	Direito Dos Registos e Notariado	84
53.	Direito Internacional Privado	87
54.	Direitos Humanos e Sociedade Internacional.....	90
55.	Direito Bancário e dos Seguros	93
56.	Justiça Constitucional.....	96
57.	Direito dos Contratos.....	98
58.	Medicina Legal	101
59.	Ética e Deontologia	103
60.	Estágio.....	103

1. Introdução

O Instituto Superior de Ciência e Ensino à Distância (ISCED), é uma instituição moçambicana privada de ensino superior criada em 2014 e vocacionada, exclusivamente, para a educação aberta e à distância. O ISCED surge como contributo na expansão do Ensino Superior em Moçambique, no desenvolvimento socioeconómico e na minimização das assimetrias regionais.

Os cursos do ISCED surgem como resposta às necessidades de formação na modalidade de educação à distância e pretendem contribuir para a qualificação de uma força de trabalho nacional alinhada com as necessidades do desenvolvimento nacional, do sector privado, governamental e da sociedade civil. O ISCED visa a oferta de cursos competitivos ao nível nacional. Os cursos do ISCED oferecem aos estudantes a oportunidade de desenvolverem as principais competências que o mercado de emprego nacional procura, na respectiva área do saber.

O objectivo dos cursos oferecidos pelo ISCED é formar profissionais superiores nas respectivas áreas do saber para actuarem nos níveis operacional e gerencial específicos da sua prática profissional, integrando os sistemas sociais e económicos à sustentabilidade ambiental. Especificamente, a formação de técnico superior no ISCED deverá agregar as principais habilidades requeridas para uma actuação competente, diferenciada, competitiva, responsável, rica e capaz de assegurar uma maior qualidade no seu trabalho (ISCED, 2018)

O perfil geral do graduado do ISCED define que o licenciado do ISCED deverá ser um profissional com sentido crítico, técnico e ético, que seja capaz de trabalhar de forma individual ou em equipa, capaz de observar, caracterizar, avaliar e emitir opinião acerca de determinados contextos da sua actividade profissional, e não só, e intervir, directa ou indirectamente, na sua modificação (ISCED, 2018). Estes profissionais superiores deverão ser capazes de identificar a dinâmica dos sistemas, questionar disfunções e redireccionar os diferentes processos, no contexto de trabalho assim como capacidade de identificar e resolver problemas (ISCED, 2018).

Na sua estratégia de desenvolvimento o ISCED pretende diversificar a sua oferta de cursos e pretende conceber planos curriculares de novos cursos a serem introduzidos a médio e longo prazo. A área da agricultura foi identificada pelo ISCED como uma área com potencial de desenvolvimento.

2. APRESENTAÇÃO DOS PLANOS CURRICULARES DE LICENCIATURA EM DIREITO

Fundamentos e Objectivos do Curso

O Curso Superior em Direito do ISCED está em consonância com a necessidade contínua de adequação as tendências de construção de itinerários de profissionalização, e de trajectórias formativas e de actualização permanente, de acordo com a realidade laboral dos novos tempos.

O Projecto Pedagógico do Curso Superior em Direito garante uma formação básica sólida, com espaços amplos e permanentes de ajustamento às rápidas transformações sociais geradas pelo desenvolvimento do conhecimento e das ciências apontando para a criatividade e a inovação; condições básicas ao atendimento das diferentes vocações e ao desenvolvimento de competências, e para a actuação social e profissional em um mundo exigente de produtividade e de qualidade dos produtos e serviços.

Ao longo do ciclo de estudos, os estudantes terão a oportunidade de aderir a programas de mobilidade com outras Universidades nacionais ou estrangeiras, cumprindo assim com o preconizado na Lei do Ensino Superior (Lei nº 27/2009 de 29 de Setembro). Frequentemente, serão realizados seminários, conferências e cursos de formação sobre as mais diversas áreas do estudo do Direito. Todos os anos, docentes e profissionais da área de Direito, assim como advogados, magistrados e outros profissionais contribuirão com as suas competências especializadas e com o seu conhecimento para o enriquecimento do percurso académico dos nossos estudantes. Por tudo isso, o ISCED orgulha-se da formação e preparação que é facultada aos estudantes que frequentam esta licenciatura.

O curso visa à capacitação para o desenvolvimento de competências profissionais jurídicas, criando condições para articular, mobilizar e colocar em acção conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para responder, de forma original e criativa, com eficiência e eficácia, aos desafios do mundo do trabalho. Busca-se uma aprendizagem activa e problematizadora, voltada para autonomia intelectual, apoiada em formas criativas e estimulantes para o processo de ensino, formando um profissional comprometido com a curiosidade epistemológica e com a resolução de problemas da realidade quotidiana. O Projecto Pedagógico do Curso Superior em Direito pauta-se nos seguintes princípios:

- Confluência dos processos de desenvolvimento do pensamento, sentimento e acção;
- Formação baseada na captação e interpretação da realidade, proposição de acções e intervenção na realidade;
- Sensibilidade às questões emergentes do desenvolvimento de uma proposta diferenciada no ensino em Direito com um foco no desenvolvimento de competências para actuar com desenvoltura em ambientes globalizados de forma empreendedora e, sobretudo, inovadora;
- Valorização e domínio de um saber baseado no conhecimento já construído e que contemple o inédito;

- Reconhecimento de que o aprendizado se constitui como um processo dinâmico, apto a acolher a motivação do sujeito e que contemple o desenvolvimento do próprio estilo profissional;
- Articulação entre o ensino, a pesquisa e extensão. A capacidade de investigação e a de "aprender a aprender" são condições necessárias para que o profissional possa assimilar os constantes novos desafios da sociedade contemporânea, em uma era de rápidas, constantes e profundas mudanças. Para tanto, o compromisso construtivo deve estar presente em todas as actividades curriculares, de modo a criar as condições necessárias para o permanente processo de educação continuada. Evidencia-se, assim, a importância da prática e ao envolvimento com a extensão, como forma de difusão do conhecimento.

3. Enquadramento do curso no Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior (QUANQES)

O Curso de Licenciatura em Direito é uma qualificação de nível 7 do Quadro Nacional de Qualificações Profissionais do Ensino Superior em Moçambique.

4. OBJECTIVOS

Objectivo Geral

O 1.º ciclo de estudos em Direito tem como objectivo primevo dotar os seus estudantes dos conhecimentos necessários à compreensão dos diversos institutos jurídicos presentes no ordenamento jurídico nacional, regional e internacional. Os estudantes deverão, ainda, no final do ciclo de estudos, saber identificar as questões jurídicas que se poderão colocar no exercício das respectivas profissões. Aqueles deverão ficar habilitados a encontrar as respostas juridicamente adequadas, sem esquecer que a interpretação jurídica não pode ser perdida do horizonte. Neste contexto, o curso visa formar profissionais da área jurídica, aptos ao exercício do Direito em suas mais variadas áreas, conscientes e comprometidos com a ética e a justiça que, tanto do ponto de vista humano como científico, sejam capazes de ingressar com confiança na vida profissional, com a efectiva capacidade de escolher e actuar dentro dos vários domínios do saber jurídico.

Objectivos Específicos

São objectivos específicos do Curso de Direito do ISCED:

- Graduar Juristas habilitados a trabalhar nas áreas científicas (Direito Público, e/ou de Direito Privado), bem como em todas as profissões jurídicas;
- Realizar actividades de investigação científica em Direito que contribuam para o enriquecimento e divulgação da doutrina jurídica moçambicana;

- Proporcionar uma sólida formação geral, humanística e axiológica com o domínio dos fundamentos de compreensão e utilização do Direito em suas variadas manifestações e aplicações;
- Possibilitar ao estudante desenvolver a postura reflexiva e a visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica;
- Desenvolver no estudante, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses e não forenses com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;
- Incentivar o estudo dos fenômenos de massa, a evolução da sociedade mocambicana e seus anseios, de forma a poder aplicar o Direito de forma efetiva e adequada à realidade social;
- Incentivar o estudo da Ciência Jurídica nas diversas formas que se apresenta na realidade em que se revela, com ênfase nas questões jurídicas que permeiam a sociedade regional;
- Permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões sociais que atingem a comunidade regional, qualificando o aluno para o exercício da atividade profissional pertinente e, ainda, prepará-lo para adotar uma postura de julgamento crítico;
- Implementar a pesquisa como meio imprescindível de promoção das necessárias transformações jurídico-sociais;
- Incentivar a atuação do aluno junto à comunidade regional, como forma de, não apenas prover o atendimento às necessidades da comunidade, mas também de tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação e evolução social;
- Estimular a pesquisa e a extensão, visando à produção e a divulgação do conhecimento jurídico adequado à realidade social, assim como a adequação da formação oferecida às demandas da sociedade.
- Desenvolver a consciência ética e deontológica dos seus graduados, estimulando a sua consciência cívica de modo a que estes, pela sua actividade profissional, constituam um garante do Estado de Direito Democrático e de respeito pelos Direitos Fundamentais.

5. Público alvo, perfil de entrada e requisitos de acesso

Público alvo

Este curso destina-se aos graduados do 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral (ESG2), ou equivalente, aos profissionais que desempenham tarefas em áreas jurídicas e aos profissionais do sector empresarial do Estado e institutos públicos, empresas privadas e associações empresariais, Instituições de carácter político, nomeadamente partidos políticos ou organizações representativas de interesses, Instituições de ensino; e Comunicação social.

6. Requisitos de Acesso

A admissão ao curso será de acordo com a legislação em vigor no país, designadamente, a Lei do Ensino Superior, Lei nº 27/2009 Publicada no BR nº 38, I Série, de 29 de Setembro de 2009. Assim, tem acesso aos curso:

- Os graduados do Ensino Secundário Geral que tenham concluído a 12ª classe do Sistema Nacional de Educação, ou equivalente;
- Os graduados com o nível equivalente a 12ª classe para efeitos de continuação dos estudos;
- Ser seleccionado mediante realização de exame de admissão.

7. Competências Genéricas

Fazem parte do grupo de competências genéricas para o Curso de Licenciatura em Direito as seguintes competências:

O licenciado em Direito deve ser um profissional com sentido técnico, ético e ambientalista, que seja capaz de trabalhar de forma individual ou integrado numa equipa, capaz de observar, caracterizar, avaliar e emitir opinião acerca de determinados contextos sócio-políticos e intervir, directa ou indirectamente, na sua modificação. Em contextos mais formais, o licenciado deve ser capaz de integrar em órgãos jurídico, de administração pública e de gestão a nível nacional, regional, local e internacional.

8. Saídas Profissionais

Os graduados em Direito poderão desenvolver a sua actividade profissional em áreas jurídicas tradicionais, como seja as Magistraturas no Ministério Público e Judicial, a Advocacia, o registo e o notariado. Poderão, também, actuar em áreas como assessoria e assistência jurídica junto aos organismos da Administração Pública e Privada, integrar os serviços de contencioso de empresas públicas e privadas. Ficam, outrossim, ao alcance dos nossos estudantes as carreiras diplomáticas e académica. Note-se, no entanto, que o exercício de profissões forenses, em moçambique e na região, exige a inscrição em Ordens, próprios.

As principais tarefas ocupacionais do Licenciado em Direito, são:

- Apoiar tecnicamente os órgãos normativos na elaboração de textos legais;
- Exercer as funções de magistrado judicial e do Ministério Público;
- Exercer a advocacia;
- Prestar assistência jurídica e assistência técnica à Administração Pública, ao Sector Privado e aos cidadãos em geral.

9. Perfil do Graduado

O princípio orientador constante do Quadro Curricular do ISED, estabelece que o graduado universitário deve orientar o seu saber para a estimulação e desenvolvimento do gosto permanente pela busca do saber. Isto pressupõe que o graduado desenvolva permanentemente a capacidade de interacção dinâmica entre o **saber**, que reflecte a aprendizagem dos conhecimentos; o **saber fazer**, que se expressa num conjunto de habilidades para executar actividades e tarefas concretas; e o **saber ser**, que revela um conjunto de atitudes para o exercício das atribuições e tarefas.

Assim, no domínio do **Saber**, o futuro graduado em Direito, deverá ser capaz de:

No domínio do saber conhecer:

Em relação ao conteúdo do curso, existem vários desafios que futuramente a formação jurídica deve ter em conta:

- Conhecer a essência do sistema jurídico moçambicano e a sua interacção com os outros sistemas jurídicos regionais e internacionais;
- Dominar os Fundamentos do Direito Privado e Direito Público;
- Apresentar o raciocínio jurídico de uma forma lógica e coerente;
- Conhecer as teorias e modelos essenciais da área jurídica;
- Conhecer o papel do Direito na edificação e consolidação do Estado do Direito;
- Conhecer os procedimentos de avaliação do crescimento do mercado bancário e financeiro no país, que exige a formação do Jurista em Direito Bancário;
- Conhecer o processo de descentralização Administrativa, implicando o domínio, pelo Jurista, do Direito das Autarquias Locais;
- Conhecer a importância que o contencioso administrativo vai assumir neste país;
- Conhecer a crescente importância que a protecção dos direitos fundamentais assume no contexto nacional e internacional, tornando pertinente a formação jurídica na área dos Direitos Fundamentais;
- Conhecer os efeitos da Globalização, com a crescente internacionalização das relações jurídicas, impondo o domínio dos ramos internacionais do Direito (Direito Público e Privado, Direito do Comércio Internacional, Direito Económico Internacional, o Direito dos transportes, etc.);
- Conhecer a importância que o Direito consuetudinário tem estado a ganhar no Direito Moçambicano (V.g. Lei de Terras e o Projecto de Lei de Família), que exige o domínio da antropologia e sociologia jurídicas;
- Dominar os procedimentos de consolidação da economia do mercado e a emergência dos novos contratos comerciais internos e internacionais, aconselhando a formação em matérias de protecção do consumidor, valores mobiliários, direito da concorrência e a assimilação dos novos contratos comerciais o domínio do Direito do comércio internacional.

No domínio do saber fazer:

No domínio do saber fazer o graduado em Direito deve ser capaz de:

- Assessorar numa negociação de contratos;
- Aconselhar Juridicamente;
- Argumentar com lógica os problemas jurídicos que lhe são colocados;
- Elaborar contratos;
- Elaborar um Parecer Jurídico;
- Elaborar Actas de Assembleias Gerais das Sociedades Comerciais ou de outros Órgãos Colegiais, Públicos e Privados;
- Investigar segundo a metodologia jurídica;
- Interpretar as Leis de acordo com as técnicas da hermenêutica jurídica;
- Preparar uma decisão Administrativa de acordo com o Procedimento Administrativo;
- Preparar um ante-projecto de Lei ou Regulamento;
- Resolver problemas concretos da vida, aplicando o Direito;
- Relacionar os valores, normas e factos jurídicos;
- Redigir textos escritos e sintetizar ideias;

No domínio do saber ser:

No domínio do saber ser e estar o futuro graduado deve:

- Perceber o Direito não somente como uma questão técnica, mas também como uma questão humana, visando a solução justa dos problemas concretos da vida social. Para tanto, o curriculum privilegia o aprofundamento dos princípios fundamentais do Direito (em cada disciplina do curso) e do estudo da Filosofia do Direito e da Sociologia Jurídica;
- Ser aplicador de padrões éticos e deontológicos da profissão jurídica, a responder pelo estudo da Disciplina da Ética e Deontologia;
- Trabalhar em equipas multidisciplinares;
- Interagir com indivíduos, colectividades e população no geral;
- Respeitar valores, culturas e individualidades;
- Considerar e respeitar diferenças culturais e pessoais; e
- Saber gerir conflitos;

10. PERFIL PROFISSIONAL

O perfil desejado para o formando de Direito repousa em uma sólida formação geral, humanística e axiológica, com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada

argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais; aliada a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício prestação jurisdicional adequada aos cidadãos.

Dotado desta formação interdisciplinar, que contempla atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, o graduando deverá, ao final do curso, apresentar a formação humanista e o instrumental técnico e crítico que o possibilite atuar em áreas jurídicas tradicionais, como seja as Magistraturas no Ministério Público e Judicial, a Advocacia, o Registo e o Notariado, Assessoria e Assistência Jurídica junto aos organismos Provados e da Administração Pública, integrar os serviços de contencioso de empresas públicas, privadas e em atividades acadêmicas de Ensino e Pesquisa das ciências jurídicas.

Para formar este perfil profissional, a organização didático-pedagógica do Curso deve desenvolver as seguintes habilidades:

- Possuir elevadas habilidades de leitura, compreensão e elaboração de textos, actas e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico – jurídicas;
- Interpretar e aplicar o Direito, considerando a compreensão adequada dos fenômenos políticos, sociais, económicos, subjetivos e psicológicos, e outros;
- Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito;
- Habilitar a actuação técnico – jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, actos e procedimentos;
- Usar com conhecimento de causa correta terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilizar raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade metafórica e analógica;
- Julgar fundamentado e tomar decisões;
- Dominar tecnologias e métodos alternativos para permanente compreensão e aplicação do Direito; e,
- Compreender e relacionar os fundamentos filosóficos e teóricos do Direito com sua aplicação prática.

11. Estratégias e ambientes de ensino aprendizagem

Filosofia e metodologias de ensino-aprendizagem

O ISCED é uma instituição que oferece cursos na modalidade de educação à distância (EAD), na qual os estudantes estão fisicamente separados da instituição e dos professores. Deste modo, as metodologias de ensino aprendizagem deste curso estão enquadradas na filosofia de EAD adoptada pelo ISCED. Como tal, a abordagem do processo de ensino aprendizagem é focalizada para as necessidades dos estudantes e baseada em competências.

Os métodos de ensino aprendizagem deste curso baseiam-se predominantemente em ambientes virtuais e digitais de aprendizagem, com aplicação ampla e em larga escala de tecnologia de informação e

comunicação. O processo de ensino aprendizagem neste curso é baseado numa interacção contínua entre o professor e os estudantes e é um guia do processo de aprendizagem individual do estudante. As metas de progresso e os requisitos para o sucesso são claramente comunicados aos estudantes. São usados exemplos e situações do mundo real, demonstrações e aplicação relevantes e alinhados com a realidade dos estudantes e do país. Trabalhos de grupo online são incentivados para que os estudantes desenvolvam competências de trabalho em equipa, para evitar o seu isolamento, permitir a interacção e apoio entre eles e mantê-los engajados e motivados. Dada a natureza técnica e aplicada do curso, sessões presenciais são incluídas em algumas disciplinas quando a natureza das competências a serem desenvolvidas pelos estudantes assim o exigir. As sessões presenciais de ensino-aprendizagem são organizadas ao longo do ano, em períodos pré-definidos no programa anual e realizadas em instituições de ensino superior localizadas na região onde o estudante reside.

12. Características do ambiente virtual de aprendizagem

O curso será oferecido fazendo uso do ambiente virtual de aprendizagem utilizado pela instituição – a plataforma Moodle – privilegiando a aprendizagem online.

As sessões de aprendizagem serão organizadas por semanas em que os estudantes terão que usar as ferramentas disponíveis para esta modalidade de ensino e aprendizagem (vídeo-aulas interactivas, simulações, laboratórios virtuais, objectos de aprendizagem, e-books e url's exteriores). As horas de contacto incluem chats, fóruns, videoconferências e outras formas de interacção usando as ferramentas necessárias para garantir uma maior interacção dos estudantes com o conteúdo de aprendizagem, interacção dos estudantes entre si e destes com os tutores (Skype, Google Classroom, Google Docs, etc.).

13. Ritmo do curso

O curso obedece ao calendário académico da instituição devendo ser completado em 4 anos lectivos. Entretanto, devido à natureza do curso e às características do grupo alvo, existe uma flexibilização no tempo exigido para a realização das actividades de aprendizagem programadas e avaliações (exames e testes), dependendo do ritmo de aprendizagem individual dos estudantes e da experiência pratica acumulada, devidamente comprovada.

14. Estratégias de avaliação dos estudantes

A avaliação é parte integrante do processo educativo. Serão usados dois tipos de avaliação: formativa (ou contínua) e sumativa (ou cumulativa). As avaliações medem por meio de controlos e exames que competências foram adquiridas pelos estudantes.

A avaliação formativa consiste em avaliar o progresso do estudante de forma frequente e interativa. Desta forma, os docentes podem ajustar seus programas para melhor atender às necessidades educacionais dos estudantes. Na avaliação formativa dos estudantes serão usados os instrumentos ou ferramentas de avaliação disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem. Estes instrumentos vão priorizar:

1. Discussões online síncronas (chats) e assíncronas (fóruns) para aplicação de habilidades de resolução de problemas e pensamento crítico;
2. Mini-testes ou questionários semanais que podem indicar como os estudantes estão a acompanhar o programa e se eles precisam de remediação;
3. Auto-avaliação através de quizzes (questionários de múltipla escolha corrigidos automaticamente para o estudante verificar a sua progressão);
4. Tarefas ou actividades individuais em forma de ensaio, projecto ou produto semelhante ao que os alunos necessitam na sua vida profissional futura.

De acordo com o regulamento geral dos cursos e sistema de avaliação do ISCED cada disciplina ou módulo é avaliada, sumativamente, presencialmente em locais previamente indicados. Diferentes tipos, técnicas e instrumentos de avaliação poderão ser usados na avaliação sumativa dependendo do t competência a avaliar. Os tipos de avaliação sumativa priorizadas incluem: demonstração (para que os docentes possam observar e verificar o desempenho das competências exigidas); auto-avaliação e a aplicação de provas (exames, testes, apresentação de um produto ou trabalhos, arguição e defesa, portfolios). Dependendo de cada tipo de avaliação diferentes instrumentos deverão ser usados tais como: testes escritos ou orais, listas de verificação e listas de observação.

15. Organização e estrutura do currículo

Volume de trabalho e duração do curso

O volume de trabalho total do curso é de 6000 horas normativas, de acordo com o estabelecido nos regulamentos nacionais e do ISCED. O curso tem a duração de 4 anos a 1500 horas normativas por ano. As horas normativas incluem o tempo que o estudante deverá dedicar para a realização de todas as atividades programadas (exemplo: estudo individual e em grupo, leituras adicionais, realização de tarefas e avaliações, atividades presenciais, etc.). O número de créditos do curso é de 242, correspondendo a 1 crédito 25 horas de trabalho normativas.

Estrutura geral do curso

O curso estrutura-se em disciplinas ou unidades curriculares que são organizadas por semestres e blocos. Cada ano lectivo estrutura-se em 2 semestres e cada semestre em 2 blocos. Cada bloco inclui no máximo 4 disciplinas, totalizando 20 créditos. A Tabela 2 lista as disciplinas do curso e respectivos créditos por cada categoria.

O último bloco do curso e totalizando por 20 créditos é dedicado ao trabalho de culminação do curso, que consiste na elaboração, apresentação e defesa de uma monografia científica.

As disciplinas organizam-se em 3 tipos:

- 1) Disciplinas Gerais;
- 2) Disciplinas específicas;
- 3) Disciplinas de integração – que constituem a forma de culminação do curso que integra o estágio e a elaboração de uma monografia científica.

Tabela 1. Lista de disciplinas do curso por tipo e respectivos créditos

Tipo de disciplina	No.	Disciplina	Número de créditos
Disciplinas Gerais	1	Inglês	4
	2	Técnicas de expressão oral e escrita	4
	3	Métodos de investigação científico	4
	4	Tecnologias de Informação e de Comunicação	5
	5	Ética e deontologia Profissional	5

Disciplinas Especificas	6	História do direito	4	
	7	Introdução ao Estudo do Direito	5	
	8	Teoria geral do direito	5	
	9	Ciência política	5	
	10	Direito constitucional	5	
	11	História do pensamento jurídico	5	
	12	Economia política	5	
	13	Hermenêutica e interpretação do texto jurídico	5	
	14	Direito internacional público	5	
	15	Direito Administrativo	5	
	16	Direito penal	5	
	17	Direito fiscal e aduaneiro	5	
	18	Direitos fundamentais	5	
	19	Direito das obrigações	5	
	20	Direito financeiro	5	
	21	Direito comunitário	5	
	22	Direito do trabalho	5	
	23	Processo executivo e dos recursos	5	
	24	Direito económico	5	
	25	Direito do ambiente e do urbanismo	5	
	26	Direito dos Transportes	5	
	27	Direito comercial	5	
	28	Direitos reais	5	
	29	Filosofia do direito	5	
	30	Direito da Família e das Sucessões	5	
	31	Contencioso Administrativo e Tributário	5	
	32	Direito Processual Penal	5	
	33	Direito Processual Civil – Declarativo	5	
	34	Direito da Propriedade Intelectual	5	
	35	Direito Comparado	5	
	36	Direito Penal Especial	5	
	37	Registos e Notariado	5	
	38	Direito Internacional Privado	5	
	39	Direitos humanos e sociedade Internacional	5	
	40	Justiça constitucional	5	
	41	Direito bancário e dos seguros	5	
	42	Direito dos Contratos	5	
	43	Medicina legal	6	
	Disciplinas de Integração	44	Estágio	10
		45	Monografia e Defesa	20
			Total	242

16. Plano de estudos

Tabela 2. Plano de estudos

CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO									
ANO	SEM.	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES	Crds	CÓDIGO	UNIDADES CURRICULARES	Crds	tot	
1o ANO									
		BLOCO I			BLOCO II				
1º	I	ISCED11-MICCFG0001	Métodologia de Investigação Científica	4	ISCED11-LINECFG0001	Inglês	4		
		ISCED11-INFOG0001	Tecnologias de Informação e de Comunicação	5	ISCED11-HISCFE001	História do Direito	4		
		ISCED11-LIEFCF002	Técnicas de expressão oral e escrita	5	ISCED11-CJURCFE001	Introdução ao Estudo do Direito	5		
			TOTAL		14		TOTAL	18	32
		BLOCO III			BLOCO IV				
1º	II	ISCED12-CPOLCFE001	Ciência Política	4	ISCED12-CJURCFE003	Historia do Pensamento Jurídico	4		
		ISCED12-CJURCFE002	Direito Constitucional	5	ISCED12-ECOCFE001	Economia Política	5		
		ISCED12-CJURCFE002	Teoria Geral do Direito	5	ISCED12-CJURCFE004	Hermenêutica e Interpretação do Texto Jurídico	5		
			TOTAL		14		TOTAL	14	28
2o ANO									
		BLOCO I			BLOCO II				
2º	III	ISCED21-CJURCFE007	Direito Penal	4	ISCED21-CJURCFE010	Direito das Obrigações	5		
		ISCED21-CJURCFE006	Direito Administrativo	4	ISCED21-CJURCFE008	Direito Fiscal e Aduaneiro	5		
		ISCED21-CJURCFE005	Direito internacional público	5	ISCED21-CJURCFE009	Direitos Fundamentais	5		
			TOTAL		13		TOTAL	15	28
			BLOCO III			BLOCO IV			
2º	IV	ISCED22-CJURFE013	Direito do Trabalho	4	ISCED22-CJURFE012	Direito Comunitário	4		
		ISCED22-CJURFE015	Direito Economico	5	ISCED22-CJURFE016	Direito do Ambiente e Urbanismo	4		
		ISCED22-CJURFE011	Direito Financeiro	5	ISCED41-CJURCFE031	Direito dos Contratos	5		
			TOTAL		14		TOTAL	13	27
3o ANO									
		BLOCO I			BLOCO II				

3º	V	ISCED31- CJURCFE017	Direito da Propriedade Intelectual	4	ISCED31- CJURCFE021	Direito da Família e Sucessões	4	
		ISCED31- CJURCFE019	Direitos Reais	5	ISCED31- CNATFG001	Direito dos Transportes	5	
		ISCED31- CJURCFE020	Filosofia do Direito	5	ISCED32- CJURCFE022	Contencioso Administrativo e Tributário	5	
			TOTAL	14		TOTAL	14	28
		BLOCO III			BLOCO IV			
	VI	ISCED32- CJURCFE026	Direito Comparado	5	ISCED31- CJURCFE018	Direito Comercial	4	
		ISCED32- CJURCFE024	Direito Processual Civil Declarativo	5	ISCED32- CJURCFE023	Direito Processo Penal	4	
		ISCED32- CJURCFE027	Direito Penal Especial	5	ISCED22- CJURFE014	Processo Executivo e dos Recursos	5	
			TOTAL	15		TOTAL	13	28
	4o ANO							
		BLOCO I			BLOCO II			
4º	VII	ISCED41- CJURCFE028	Direito Internacional Privado	10	ISCED22- TTCFG0002	Ética e Deontologia	5	
		ISCED41- CJURCFE029	Direitos Humanos e Sociedade Internacional	5	ISCED41- CSOCCFG001	Direito Bancário e dos Seguros	5	
		ISCED41- CJURCFE030	Justiça Constitucional	5	ISCED41- MEDCFE001	Medicina Legal	6	
			TOTAL	20		TOTAL	16	36
		BLOCO III			BLOCO IV			
VIII	ISCED32- CJURCFE027	Direito dos Registos e Notariado	5	ISCED42- PRCFG002	Monografia	25		
	ISCED42- PRCFG001	Estágio	10					
		Total	15		TOTAL	25	35	
					TOTAL		242	

17. Inglês

Nome da disciplina		Inglês					
Tipo de disciplina		Geral					
Descrição geral da disciplina		The course offers resources for the development of a simple and immediate dialog in the English language					
Código	ISCED31-INGCFG0001	Ano	1	Bloco	1	Créditos	4
Disciplinas precedentes		-					
Objectivos geral		Acquire English language skills as a basic component of extensive dialogue with cultural aspects					
Objectivos específicos		<ul style="list-style-type: none"> • Develop the four language skills - reading, writing, listening, speaking; • Recognize basic words and expressions that are commonly used in relation to oneself, family and immediate surroundings; • Understand familiar words and names and very simple phrases, for example, those found in catalogs and posters; 					
Resultados esperados		Dominar os princípios básicos orais e da escrita em língua inglesa					
Metodologias de ensino e aprendizagem		Orientation of individual study of themes based on readings, examples and resolution of exercises applied to learning situations					
Técnicas e instrumentos de avaliação		A formative assessment will be applied in assignments, practical exercises and tests (equivalent to 40%). A summative assessment will be carried out by a written exam (60%).					

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autonomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Friends; Family; Famous people; Friendship	0.5	2.0	1.0	2.3			0.5	5.8	6.3
Jobs and occupations	0.5	2.0	1.0	2.3			0.5	5.8	6.3

Holidays, tourisms and wildlife	0.5	2.0	1.0	2.3			0.5	5.8	6.3
Hobbies and interests	0.5	2.0	1.0	2.0			0.5	5.8	6.3
Education and learning	0.5	2.0	1.0	2.3			0.5	5.8	6.3
English for specific purpose	1.0	2.0	1.0	2.3			1.0	5.8	6.8
Time, weather and climate	1.0	2.0	1.0	2.3			1.0	5.8	6.8
Health and nutrition	1.0	2.0	1.0	2.3			1.0	5.8	6.8
Places	1.0	2.0	1.0	2.0			1.0	5.8	6.8
Shopping	0.5	2.0	1.0	2.3			0.5	5.8	6.3
Dances, sports and Entertainment	0.5	2.0	1.0	2.3			0.5	5.8	6.3
The Society and its environment	0.5	2.0	1.0	2.3			0.5	5.8	6.3
Cross- cultural diferences	0.5	2.0	1.0	2.3			0.5	5.8	6.3
Customs and traditions	0.5	2.0	1.0	2.3			0.5	5.8	6.3
Religions and beliefs	1.0	2.0	1.0	3.9			1.0	7.9	8.9
Total	10.0	30.0	15.0	35.0			10.0	90.0	100.0

Webgrafia e bibliografia recomendadas	MURPHY, Raymond; <i>S/D - Essential Grammar in Use (elementary)</i> , CUP FARIA, Donzília (trad.) (2002) - <i>English Language Practice for Portuguese Students – para 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico</i> , MacMillan Heinemann,
--	--

NB: T = Aula teórica; TP = Aulas teóricas/práticas; TC = Trabalhos de Campo, (trabalhos recomendados pelo tutor); E = Estágio; PL = Práticas de Laboratório; AP = TG = Trabalho em grupo (participação em fóruns de discussão seja virtual ou física no local onde o estudante se encontra); TEA = Número total de horas de estudo autónomo.

18. Técnicas De Expressão Oral E Escrita

Nome da disciplina		Técnica de Expressão Oral e Escrita					
Tipo de disciplina		Geral					
Descrição geral da disciplina		A disciplina conjuga destrezas e conhecimentos linguísticos com literacia e competências comunicativas. Além de aspectos gramaticais e funcionais da língua portuguesa, dá-se também alguma ênfase à estética e à cultura da linguagem;					
Código	ISCED12-ELPCCFG0001	Ano	1	Bloco	1	Créditos	4
Disciplinas precedentes		-					
Objectivos geral		Aquisição e aperfeiçoamento das técnicas de expressão consideradas como fundamentais para a prossecução dos estudos superiores e para futura vida profissional.					
Objectivos específicos		<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar o conhecimento linguístico dos estudantes na área de Língua Portuguesa, por meio do refinamento das habilidades orais e escritas; • Aprofundar os estudos das questões linguísticas, observando a linguagem em perspectiva teórica e em sua aplicação prática nos seus vários níveis de análise, desde o fonológico, lexical, morfossintático, semântico, estilístico e pragmático; • Analisar textos literários e não-literários, utilizando a análise do discurso e/ou estudos comparativos. 					
Resultados esperados		<ul style="list-style-type: none"> • Domínio e aplicação das técnicas de expressão oral e escrita 					
Metodologias de ensino e aprendizagem		Orientação do estudo individual dos temas com base em leituras, exemplos e resolução de exercícios aplicados a situações de aprendizagem.					
Técnicas e instrumentos de avaliação		A avaliação formativa será baseada em trabalhos, exercícios práticos e testes (equivalente a 40%). A avaliação sumativa será realizada por via de um exame escrito (60%).					

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autonomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
O processo de comunicação	0.5	1.0		2.0			0.5	3.5	4.0

A comunicação nos grupos e nas organizações	1.0	3.0		3.0			1.0	7.0	8.0
A comunicação escrita	1.0	3.0		3.0			1.0	7.0	8.0
A análise e produção de um texto escrito	1.0	3.0		4.0			1.0	8.0	9.0
Regras de redacção comercial segundo o novo acordo ortográfico	1.0	3.0		4.0			1.0	8.0	9.0
Análise do destinatário e do contexto	1.0	3.0		4.0			1.0	8.0	9.0
A produção de um texto escrito e redacção de documentos específicos	1.0	3.0		4.0			1.0	8.0	9.0
A comunicação oral e o respectivo processo	1.0	3.0		3.0			1.0	7.0	8.0
Interacção “emissor versus receptor”: a identificação dos factores de inibição pessoais	1.0	3.0		3.0			1.0	7.0	8.0
Os pontos de apoio a utilizar durante uma exposição oral	1.0	3.0		3.0			1.0	7.0	8.0
Impacto das TIC na comunicação escrita e oral	0.5	2.0		2.0			0.5	4.5	5.0
Total	10.0	30.0	15.0	35.0			10.0	90.0	100.0

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>CAMPBELL, John (1993) - <i>Técnicas de Expressão Oral</i>, Editorial Presença, Lisboa</p> <p>CASTILHO, Ataliba T. (1991) - <i>Gramática do Português Falado. A ordem, Vol 1</i>, UNICAMP</p> <p>DUARTE, I.; Maria João Freitas (2000) - <i>Língua Portuguesa. Instrumentos de Análise</i>, Univ. Aberta, Lisboa</p> <p>FARIA, Isabel Hub et Al. (orgs.) (1996) - <i>Introdução à linguística Geral e Portuguesa</i>, Caminho, Lisboa</p> <p>LEROI-Gourhan; S/D - <i>O Gesto e a Palavra 1 – Técnica e Linguagem</i>, Ed. 70, Lisboa</p>
--	--

	<p>NASCIMENTO, M^a. F. Bacelar do (1989) - <i>Como escrever o Oral</i>, RILP 2, Lisboa</p> <p>NASCIMENTO, Zacarias; J. M. de Castro Pinto (2001) - <i>A Dinâmica da Escrita</i>, Plátano Editora, Lisboa</p>
--	--

NB: T = Aula teórica; TP = Aulas teóricas/práticas; TC = Trabalhos de Campo, (trabalhos recomendados pelo tutor); E = Estágio; PL = Práticas de Laboratório; AP = TG = Trabalho em grupo (participação em fóruns de discussão seja virtual ou física no local onde o estudante se encontra); TEA = Número total de horas de estudo autónomo.

19. Metodologia de Investigação Científica

Nome da disciplina		Metodologia de Investigação Científica					
Tipo de disciplina		Geral					
Descrição geral da disciplina		Nesta unidade discutimos a necessidade do aluno ter autonomia de sua aprendizagem abordamos orientações para o estudo e discutimos sobre a ciência e o conhecimento.					
Código	ISCED11-MICCFG001	Ano	1	Bloco	1	Créditos	4
Disciplinas precedentes		-					
Objectivos geral		Compreender os pressupostos de construção da ciência e dos processo metodológicos a ela associados					
Objectivos específicos		<ul style="list-style-type: none"> • Dominar os métodos de pesquisa científica; • Conhecer as ferramentas de pesquisa científica virtuais • Conhecer as etapas de elaboração de um projecto de pesquisa. 					
Resultados esperados		<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar os pressupostos metodológicos de construção da ciência; • Desenvolver o pensamento crítico e de rigor científico. 					
Metodologias de ensino e aprendizagem		Orientação do estudo individual dos temas com base em leituras, exemplos e resolução de exercícios aplicados a situações de aprendizagem					
Técnicas e instrumentos de avaliação		A avaliação formativa será baseada em trabalhos, exercícios práticos e testes (equivalente a 40%). A avaliação sumativa será realizada por via de um exame escrito (60%).					

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chat s e TG)	TEA	
A investigação como forma de produção de conhecimento	2.0	5.0	2.0	5.0			2.0	14.0	16.0
A investigação/acção perspectivada como forma de resolver problemas	3.0	10.0	5.0	12.0			3.0	30.0	33.0
As etapas de elaboração de um projecto de pesquisa;	3.0	10.0	5.0	12.0			3.0	30.0	33.0
As questões éticas e quesitos da pesquisa	2.0	5.0	3.0	6.0			2.0	16.0	18.0
Total	10.0	30.0	15.0	35.0			10.0	90.0	100.0

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>BELL, Judith. (1997) - <i>Como realizar um Projecto de Investigação</i>, Gradiva, Lisboa</p> <p>BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. <i>Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos</i>. Porto: Porto, 1994.</p> <p>CARMO, Hermano; Manuela M. Ferreira (1998) - <i>Metodologia da Investigação. Guia para autoaprendizagem</i>, Universidade Aberta, Lisboa</p> <p>CARVALHO, Alex Moreira et al. <i>Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação</i>. São Paulo, O Nome da Rosa, 2000.</p> <p>CHIZZOTTI, Antonio. <i>Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais</i>. 4.ed.. São Paulo, Cortez Editora, 2000.</p> <p>ECO, Umberto. <i>Como se faz uma tese</i>. 15. ed. São Paulo, Editora Perspectiva S. A. 1999.</p>
--	--

	<p>FRADA, João José Cúcio (1996) - <i>Guia prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos</i>, Edições Cosmos, Lisboa.</p> <p>KOCHE, José CARLOS. <i>Fundamentos de metodologia científica. Teoria da Ciência e prática da pesquisa</i>. 14. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.</p> <p>LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de A. <i>Metodologia Científica</i>. 2.ed. São Paulo, Atlas, 1991.</p> <p>LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. <i>Pesquisa em educação: abordagens qualitativas</i>. São Paulo, EPU, 1986.</p> <p>LUNA, Sérgio Vasconcelos de. <i>Planejamento de pesquisa: uma introdução</i>. São Paulo, EDUC, 2000.</p> <p>NUNES, Luiz A. R. <i>Manual da monografia: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese</i>. São Paulo, Saraiva, 2000.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i>. 23.ed. rev. e ampl. São Paulo, Cortez Editora, 2007.</p> <p>THIOLLENT, Michel. <i>Metodologia da pesquisa-ação</i>. 6.ed. São Paulo, Cortez editora, 1994.</p> <p>TRIVINOS, Augusto N.S. <i>Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em educação</i>. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1987.</p>
--	---

NB: T = Aula teórica; TP = Aulas teóricas/práticas; TC = Trabalhos de Campo, (trabalhos recomendados pelo tutor); E = Estágio; PL = Práticas de Laboratório; AP = TG = Trabalho em grupo (participação em fóruns de discussão seja virtual ou física no local onde o estudante se encontra); TEA = Número total de horas de estudo autónomo.

20. Tecnologias de Informação e de Comunicação

Nome da disciplina		Tecnologias de Informação e Comunicação					
Tipo de disciplina		Geral					
Descrição geral da disciplina		Propõe-se com a disciplina, oferecer habilidades para aplicar as TICs no desenvolvimento da autonomia da aprendizagem do aluno.					
Código	ISCED11-INF CFG0001	Ano	1	Bloco	1	Créditos	5
Disciplinas precedentes		-					
Objectivos geral		Formar um entendimento básico do valor e uso dos sistemas de informação para operações das empresas, a tomada de decisão gerencial e obtenção de vantagem estratégica;					

Objectivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Determinar a origem da informática, sua evolução e tendências • Abordar uma perspectiva teórica e prática dos diversos usos de Sistemas de Informação; • Descrever os cuidados necessários na operação de computadores e periféricos;
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Dominar os processos operativos das TICs • Aplicar a TICs em processos de trabalho e construção da ciência;
Metodologias de ensino e aprendizagem	Orientação do estudo individual dos temas com base em leituras, exemplos e resolução de exercícios aplicados a situações de aprendizagem.
Técnicas e instrumentos de avaliação	A avaliação formativa será baseada em trabalhos, exercícios práticos e testes (equivalente a 40%). A avaliação sumativa será realizada por via de um exame escrito (60%).

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Fundamentos da Informática	1.0	4.0	3.0	3.0			2.0	12.0	13.0
Tecnologias de Informação	1.0	4.0	3.0	5.0			3.0	15.0	16.0
Uso de tecnologias de informação	1.0	4.0	3.0	5.0			3.0	15.0	16.0
Fundamentos dos Sistemas de Informação	1.0	4.0	4.0	5.0			2.0	15.0	16.0
Os sistemas de informação para operações das empresas e o comércio eletrónico	1.0	2.0	3.0	5.0			2.0	11.0	12.0
Sistema de Informação Gerencial (SIG) e Sistema de Informação de Apoio à Decisão (SAD)	1.0	2.0	3.0	5.0			2.0	12.0	13.0
Sistemas de Informações para Vantagem Competitiva	1.0	4.0	4.0	5.0			3.0	12.0	13.0
Metodologia para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação	3.0	4.0	4.0	3.0			3.0	16.0	17.0
Total	10.0	28.0	27.0	40.0			20.0	115.0	125.0

Webgrafia e bibliografia recomendadas	O' BRIEN, James A. Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet, 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2010; LAUDON, K. C; LAUDON, J. P. Sistemas de Informação com Internet. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004; STAIR, Ralph M. Princípios de Sistemas de Informação: Uma Abordagem Gerencial. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002; REZENDE, Denis A. Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais. São Paulo: ATLAS, 2002'; CRUZ, Tadeu. <i>Sistemas de Informações Gerenciais. São Paulo: Atlas, 2000</i>
--	---

NB: T = Aula teórica; TP = Aulas teóricas/práticas; TC = Trabalhos de Campo, (trabalhos recomendados pelo tutor); E = Estágio; PL = Práticas de Laboratório; AP = TG = Trabalho em grupo (participação em fóruns de discussão seja virtual ou física no local onde o estudante se encontra); TEA = Número total de horas de estudo autónomo.

21. História do Direito

Nome da disciplina	HISTÓRIA DO DIREITO						
Tipo de disciplina	Específicas						
Descrição geral da disciplina	Complementar a formação do profissional de Direito permitindo-lhe analisar o presente jurídico com o conhecimento do passado e, assim, melhor perspectivar o futuro.						
Código	ISCED11-HISCFE001	Ano	1	Bloco	2	Créditos	4
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	O estudo da História do Direito deverá desenvolver no estudante a capacidade de reflectir sobre a causalidade e finalidade das normas jurídicas consoante o aprimoramento da sociedade. Desenvolver uma visão pluralista do Direito e, consequentemente, a capacidade de assumir uma postura crítica frente ao Direito, para adequá-la à realidade sócio-económica emergente.						
Objectivos Específicos	Identificar a importância da disciplina; Instituições de Direito na Antiguidade; Discutir sobre historiografia crítica e novos paradigmas do Direito; Relatar os fatos mais significativos para o direito no Egito da Antiguidade; Destacar a fonte e organização do Direito hebraico; Discutir sobre como se processava o Direito nas civilizações que não conheciam a escrita;						
Resultados Esperados	Adquirir a compreensão de que o direito contemporâneo é, em larga medida, o resultado de uma longa evolução histórica.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e "role play" individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementarum projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Individual							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Conceito e objeto da História do Direito.	1	4	2	2			2	10	11
História do Direito primitivo.	1	4	2	4			2	12	13
História do Direito da Idade Média	1	4	2	4			2	12	13
História do Direito na Antiguidade Clássica	1	4	4	5			2	15	16
História do Direito da Idade Moderna	1	2	2	5			2	11	12
História do Direito na Idade Contemporânea	1	2	3	4			2	11	12
O Direito anterior à colonização portuguesa em moçambique	1	2	4	5			2	13	14
O Direito durante a colonização portuguesa;	1	2	2	3			2	9	10
O Direito após a independência nacional: a construção do paradigma socialista de regulação social;	1	2	3	4			2	11	12
A Hegemonia do neoliberalismo e a ascensão do paradigma neoliberal do Direito na II República.	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	GARRETT, Thomaz de Almeida. Administração Colonial. Porto, editora o Autor. SANTOS, Boaventura de Sousa e João Carlos Trindade. Conflito e transformação social: uma paisagem de justiça em Moçambique. Centro dos Estudos Africanos, 2000. ULRICH, Ruy Ennes. Ciência e Administração Colonial., Introdução, Coimbra, Imprensa Universitária, Volume I. 1908. VASQUES, Sérgio. Legislação Económica de Moçambique. Almedina, 2004. ALTA VILA, Jayme (1992) - <i>Origem dos Direitos dos Povos</i> , Ícone, São Paulo
--	---

22. Introdução ao Estudo do Direito

Nome da disciplina	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO					
Tipo de disciplina	Específica					
Descrição geral da disciplina	O estudante deve ser capaz de conhecer os conceitos fundamentais do Direito;					
Código ISCED11-CJURCFE001	Ano	1	Bloco	2	Créditos	4
Disciplinas precedentes	-					
Objectivos Gerais	Dar a conhecer aos estudantes que o direito visa a implantação de uma certa ordem, tendendo a uma certa organização social; Interpretar os conceitos fundamentais do direito; Proporcionar a formação cultural dos estudantes em matéria de direito; Saber que o direito é uma técnica de organização social.					
Objectivos Específicos	Colocar os alunos em contacto com alguma legislação vigente referente ao Direito Constitucional, ao Direito Civil, ao Direito Económico e ao Direito da Comunicação					
Resultados Esperados	Conheça o sentido geral do Direito, a Divisão do Direito, as Fontes de Direito, a Relação Jurídica e os elementos envolvidos nessa relação.					
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.					
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da					

	pontuação total .
--	-------------------

Tema	Horas de Contacto	Estudo Individual							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução (O Homem, A Sociedade E O Direito).	3	15	7	10			2	34	37
As Normas Jurídicas e as Sanções	3	16	7	10			2	35	38
Conceito e Interpretação Da Lei	2	12	4	6			2	24	26
Os Sistemas Jurídicos	2	10	4	6			2	22	24
Total	10	53	22	32			8	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	ASCENSÃO, J. de Oliveira (2005) - <i>O Direito. Introdução e Teoria Geral</i> , 13ª Edição, Revista Almedina; BRITO, Miguel Nogueira de, <i>Introdução ao Estudo do Direito</i> , AAFDL, Lisboa, 2018 BAPTISTA MACHADO; S/D – <i>Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador</i> , S/ Ed.; ENGISCH, Karl; S/D – <i>Introdução ao Pensamento Jurídico</i> , S/ Ed.; SILVA, Germano Marques da, <i>Introdução ao Estudo do Direito</i> , UCA, Lisboa, 2018 MACHADO, J. Baptista (1997) - <i>Introdução ao Estudo do Direito e ao Discurso Legitimador</i> , Almedina, Coimbra;
--	---

23. Teoria Geral do Direito

Nome da disciplina	TEORIA GERAL DO DIREITO					
Tipo de disciplina	Específica					
Descrição geral da disciplina	No final desta disciplina os estudantes devem ter conhecimento das variações das relações jurídicas					
Código ISCED12-CJURCFE002	Ano	1	Bloco	2	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-					
Objectivos Gerais	A disciplina visa dotar os estudantes de conhecimentos especializados no enquadramento e no tratamento jurídicos da matéria da relação jurídica, de forma a permitir-lhes a abordagem aos demais ramos do direito civil, em particular, e do <u>direito privado, em geral. Visa, assim, capacitá-los para a selecção adequada e a correcta aplicação dos critérios jus-</u>					

	dogmáticos mais adequados à solução de casos concretos.
Objectivos Específicos	Identificar uma relação jurídica, Estruturação de uma relação jurídica, Conhecimento das variações das relações jurídicas
Resultados Esperados	Fique preparado para a aplicação dos conhecimentos à praxis jurídica, ficando assim dotado de uma formação consistente, com elevado grau de capacidade crítica, conseguindo realizar trabalhos de investigação científica nesta temática.
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .

Tema	Horas de Contacto	Estudo autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Noções preliminares	1	4	5	2			2	13	14
Teoria geral do objecto da relação jurídica	1	4	2	2			2	10	11
Sujeitos da relação jurídica	2	3	5	2			2	12	14
Objecto da relação jurídica	1	5	2	2			2	11	12
Vicissitudes do negócio jurídico	1	5	5	2			2	14	15
Elementos do negócio jurídico	2	3	2	2			2	9	11
Eficácia do negócio jurídico	1	5	2	2			2	11	12
Efeitos do tempo nas relações jurídicas	1	4	2	2			2	10	11
Total	10	33	25	16			16	90	100

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>ANDRADE, Manuel Domingues (2003) - Teoria Geral da Relação Jurídica, 2 volumes, S/. Ed.</p> <p>ASCENSÃO, José de Oliveira (2002) - Teoria Geral do Direito Civil, Edição: 3, S/ Ed.</p> <p>CORDEIRO, António Menezes (2005) - Teoria geral do direito civil, T.1: parte geral: introdução, doutrina geral, negócio jurídico; T.2: parte geral: coisas; T.3: parte geral: pessoas, Almedina, Porto</p> <p>FERNANDES, Luís Carvalho (2001) - Teoria Geral do Direito Civil, Vol. 1, 2, Lex, Lisboa</p>
--	---

24. Ciência Política

Nome da disciplina	CIÊNCIA POLÍTICA						
Tipo de disciplina	Transversal						
Descrição geral da disciplina							
Código	ISCED12-CPOLCFE001	Ano	1	Bloco	3	Créditos	4
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Pretende-se iniciar os estudantes nos principais temas ligados ao estudo científico do Poder, princípios e regras que disciplinam a relação jurídica entre o Estado e os seus cidadãos.						
Objectivos Específicos	Pretende-se, também, dar a conhecer aos estudantes a formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos do Estado que determinam a ordem política, económica, social e cultural desta comunidade política.						
Resultados Esperados	Compreenda e analise o desenvolvimento da cidadania social e o processo de crescente complexificação da intervenção do Estado, bem como as limitações das políticas sociais e o Estado em reforma						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .						

Tema	Horas de Contacto	Estudo autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Abordagem conceptual sobre política e ciência política	1	4	2	2			2	10	11
Matrizes teóricas	1	4	2	4			2	12	13
Características da relação de poder	1	4	2	4			2	12	13
Os Regimes Políticos	1	4	4	5			2	15	16

Teorias sobre o Estado	1	2	2	5		2	11	12
Noção de Sociedade Civil	1	2	3	4		2	11	12
Socialização e cultura política	1	2	4	5		2	13	14
Ação e participação política	1	2	2	3		2	9	10
Princípios da Acção colectiva	1	2	3	4		2	11	12
Grupos de Pressão	1	2	3	4		2	11	12
Total	10	28	27	40		20	115	125

12

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>INSTITUTO DE HUMANIDADES, INSTITUTO. CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA. 2000 ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. AZAMBUJA, Darcy. Introdução à ciência política. São Paulo: Globo, 2008. AZAMBUJA, Darcy. Teoria do Estado. Rio de Janeiro: Globo, 1985. MOREIRA, Adriano, <i>Ciência Política</i>, Almedina, Coimbra, 2014. CAPOCO, Zeferino, <i>Manual de Ciência Política e Direito Constitucional</i>, Escolar Editora, Lobito, 2015. Fernandes, António José, <i>Introdução à Ciência Política - teorias, métodos e temáticas</i>, Porto Editora, Porto, 2011. CARVALHO, Manuel Proença de, <i>Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais</i>, Quid Juris, Lisboa, 2011.</p>
--	---

25. Direito Constitucional

Nome da disciplina	DIREITO CONSTITUCIONAL							
Tipo de disciplina	Específica							
Descrição geral da disciplina	No final de cada disciplina o estudante deve ser capaz de conhecer a evolução do constitucionalismo, a classificação e supremacia da Constituição;							
Código	ISCED12-CJURCFE002	Ano	1	Bloco	3	Créditos	5	
Disciplinas precedentes	-							
Objectivos Gerais	A unidade curricular de Direito Constitucional tem por objectivo geral dar a conhecer ao aluno os princípios e regras fundamentais contidos na Constituição como norma fundamental da Ordem Jurídica. Os referidos princípios e regras							

	disciplinam; a relação jurídica entre o Estado e os seus cidadãos; a formação, a composição, a competência e o funcionamento dos órgãos do Estado e determinam a ordem política, económica, social e cultural desta comunidade política.
Objectivos Específicos	Conhecer as fontes do Direito Constitucional e as relações com os demais ramos do direito; Conhecer a evolução do constitucionalismo, a classificação e supremacia da Constituição;
Resultados Esperados	Saiba interpretar e aplicar a Constituição da República de Moçambique: quanto aos seus princípios estruturantes, quanto à formação, à composição, à competência e ao funcionamento dos órgãos do Estado, assim como às relações entre eles (sistema de governo), quanto ao modo de produção de normas jurídicas (procedimento legislativo), quanto ao funcionamento dos mecanismos de fiscalização da constitucionalidade e da legalidade.
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução à Teoria Geral do Estado;	2	10	4	5			3	22	24
A Constituição como Estatuto do poder político	2	10	4	5			2	21	23
Introdução ao Poder Constituinte;	1	8	2	3			1	14	15
Introdução sinóptica às Formas de Governo	2	10	4	5			3	22	24
Estado de Direito e Constituição;	1	8	2	4			2	16	17
A Garantia da Constituição.	2	10	4	5			1	20	22
Total	10	56	20	27			12	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>LENZA, Pedro (2012) - Direito Constitucional Esquematizado, 16a Edição, Saraiva Editora, São Paulo.</p> <p>MIRANDA, Jorge (2004) - Manual de Direito Constitucional, Porto.</p> <p>DE MORAES, Alexandre (2003) - DIREITO CONSTITUCIONAL, 13a edicao, Editora Atlas S.A., São Paulo</p> <p>MASCARENHAS, Paulo (2010) - MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL, Salvador.</p> <p>Conselho, Constitucional (2014) - Acórdão nº 10/CC/2014. Maputo</p> <p>OTERO, Paulo, Direito Constitucional Português Volume II - Organização do Poder Político, Almedina, Coimbra, 2017.</p> <p>Miranda, Jorge, Curso de Direito Constitucional Vol. 1 Estado e constitucionalismo. Constituição. Direitos fundamentais,</p>
--	--

	<p>Universidade Católica Editora, 2016</p> <p>MIRANDA, Jorge, <i>Curso de Direito Constitucional Vol 2 - Estrutura do Estado. Sistemas Políticos. Atividade Constitucional do Estado. Fiscalização de Constitucionalidade</i>, Universidade Católica Editora, 2016</p>
--	--

26. História do Pensamento Jurídico

13	Nome da disciplina	HISTÓRIA DO PENSAMENTO JURÍDICO					
	Tipo de disciplina	Específica					
	Descrição geral da disciplina	No final deste módulo o estudante deve ter capacidades de recolha de informação em textos jurídicos bem como da respectiva ordenação;					
Código	ISCED12-CJURCFE003	Ano	1	Bloco	3	Créditos	5
	Disciplinas precedentes	-					
	Objectivos Gerais	Considerando o facto de o direito moçambicano ter uma matriz europeia romano-germânica, a disciplina de História do Pensamento Jurídico visa fornecer aos alunos uma perspectiva das correntes do pensamento jurídico desde a Idade Média até à atualidade, com especial relevância na metodologia jurídica e no ensino do direito.					
	Objectivos Específicos	A análise dos pressupostos jurídicos subjacentes ao aparecimento de uma codificação do Direito Privado será matéria objeto de estudo particular, dotando os alunos dos instrumentos necessários para a compreensão dos fundamentos dos atuais quadros jurídicos, valorizando assim, a perspectiva institucional.					
	Resultados Esperados	Adquirir conhecimento dos fundamentos do direito;					
	Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.					
	Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.					

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	T P	T C	E	P L	AP (Chats e TG)	TEA	
O Pensamento Jurídico como área do conhecimento	2	5	4	5			2	21	23
A Idade Média e os seus fundamentos.	2	7	3	3			2	18	20
O pensamento jurídico da Idade Moderna	1	8	2	4			1	19	20
O pensamento jurídico da Idade Moderna	2	5	4	5			2	21	23
O movimento da codificação. O Direito Privado em especial. Princípios basilares e correntes do pensamento subjacentes. Confronto com o pensamento jurídico atual.	1	7	2	4			2	19	20
A Pós-Modernidade	2	5	4	5			1	20	22
A internacionalização do Direito e suas consequências na construção de uma nova ordem jurídica. A perda de soberania dos Estados. Consequências	2	5	3	5			2	20	22
Total		42	22	31			12	138	150

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Alain Caillé, Christian Lazzeri, Michel Senellart, História Crítica da Filosofia Moral e Política, 2005. António Castanheira Neves, Digesta, Volumes I e II, Coimbra, 2011. António dos Santos Justo, Nótulas de História do Pensamento Jurídico, Coimbra, 2005. António Manuel Hespanha, Cultura Jurídica Europeia. Síntese de um Milénio, Mem Martins, 2003. António Pedro Barbas Homem, A Lei da Liberdade, Cascais, 2001.</p> <p>António Pedro Barbas Homem, O movimento de codificação do Direito em Portugal no século XIX, Aspetos Gerais, AAFDL, Lisboa, 2007.</p> <p>António Truyol y Serra, História da Filosofia do Direito e do Estado, 1. Das Origens, à Baixa Idade Média, 2. Do Renascimento a Kant, Lisboa, 1990.</p> <p>Arthur Kaufmann, Filosofia do Direito, Lisboa, 2009. Claus Wilhem Canaris, Pensamento sistemático e conceito de sistema na Ciência do Direito, Lisboa, 1966</p>
--	---

27. Economia Política

Nome da disciplina	ECONOMIA POLÍTICA						
Tipo de disciplina	Transversal						
Descrição geral da disciplina	No final deste modulo o estudante devera ter um domínio das teorias estudadas e interpretar os gráficos da procura e oferta.						
Código	ISCED12-ECOCFE001	Ano	2	Bloco	1	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Proporcionar ao aluno uma visão global da Ciência Económica mediante a identificação dos conceitos fundamentais da teoria económica, das relações económicas internacionais e da moeda no âmbito da economia capitalista, dando ênfase às transformações recentes que estão ocorrendo no referido ambiente, tais como a crise de legitimidade do Estado nos marcos do processo de globalização.						
Objectivos Específicos	Compreender o desenvolvimento da teoria económica; Conhecer as principais Escolas do Pensamento Económico: clássica, marxista, neoclássica e keynesiana;						
Resultados Esperados	Reconheça as políticas públicas relacionadas com a economia e os instrumentos do Estado.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Objecto e métodos da economia política	2	5	4	5			2	21	23
Síntese da história do pensamento económico	2	7	3	3			2	18	20
Sistemas e estruturas económicas	1	8	2	4			1	19	20
Mercados, preços e elasticidades	2	5	4	5			2	21	23
Princípios e fundamentos de políticas conjunturais	1	7	2	4			2	19	20

e estruturais									
Classificação de programas de política	2	5	4	5			1	20	22
Problemas de política económica no século xxi	2	5	3	5			2	20	22
Total		42	22	31			12	138	150

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>NUNES, J. Avelãs (2014) – <i>Noção e objecto da Economia Política</i>, Livraria Almeida, Coimbra</p> <p>Bossuyt, J., and Gould, J. (2000). Decentralization and Poverty Reduction: Elaborating the Linkages. European Centre for Development Policy Management Disponível em: http://www.oneworld.org/ecdpm/.Pdf . [Acessado dia 10 de Outubro de 2009]</p> <p>NEVES, João César das, <i>Princípios de Economia Política</i>, Verbo Editora, Lisboa, 2015</p> <p>CRUZ, José das Neves, <i>Economia e Política: uma Abordagem Dialéctica da Escolha Pública</i>, Coimbra Editora, Coimbra, 2008.</p> <p>Jutting, J., & Corsi, E., “et al”. (2005). Decentralization and poverty reduction: Policy insights. Disponível em http://www.oecd.org/dev/insights.Pdf. [Acessado dia 12 de Outubro de 2009].</p>
--	---

28. Hermenêutica e Interpretação do Texto Jurídico

Nome da disciplina	HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DO TEXTO JURÍDICO						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	No final deste módulo os estudantes devem compreender as teorias contemporâneas de Direito e de argumentação						
Código	ISCED12-CJURCFE004	Ano	1	Bloco	4	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Desenvolver a capacidade de análise crítica com base nos conhecimentos fundamentais sobre teoria do direito, argumentação jurídica e hermenêutica contemporânea, numa perspectiva multidisciplinar, de maneira que ela possa ser utilizada para resolver os problemas teórico-práticos.						
Objectivos Específicos	<p>Conhecer a hermenêutica jurídica;</p> <p>Distinguir a hermenêutica clássica da hermenêutica geral;</p> <p>Reconhecer as teorias hermenêuticas;</p> <p>Criticar as teorias hermenêuticas;</p>						
Resultados Esperados	<p>Seja capaz de desenvolver a capacidade de argumentação jurídica, de raciocínio lógico e de pesquisa jurisprudencial e doutrinária;</p> <p>Tenha capacidade de síntese, análise e interpretação de textos jurídicos;</p>						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	<p>Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final.</p> <p>Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .</p>						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Hermenêutica Jurídica	1	4	5	4			2	15	16
Hermenêutica Clássica.	2	4	2	4			2	12	14
Hermenêutica Geral e a crítica da razão histórica.	1	4	4	4			2	14	15
A teoria hermenêutica em Betti.	1	4	4	5			2	15	16
Hermenêutica em Gadamer.	1	4	3	5			2	14	15
Hermenêutica fenomenológica de Ricoeur. Hermenêutica Crítica em Apel.	1	2	4	4			2	12	13
Hermenêutica contemporânea em Dworkin: Hard Cases, princípios, políticas públicas e regras, discricionarieade fraca.	1	2	4	5			2	13	14
Argumentação Jurídica	1	2	2	3			2	9	10
Direito, argumentação e retórica. Teorias Discursivas contemporâneas.	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	31	38			18	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>A <i>Teoria do Discurso Racional como Teoria da Justificação Jurídica</i>. Trad. Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2001.</p> <p>ÁVILA, Humberto. <i>Teoria dos Princípios - da definição à aplicação dos princípios jurídicos</i>. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.</p> <p>BOBIO, Norberto. <i>Da estrutura à função - novos estudos de teoria do direito</i>, 2007.</p> <p>ÁVILA, Humberto. <i>Teoria dos Princípios – da definição à aplicação dos princípios jurídicos</i>. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.</p> <p>BOBIO, Norberto. <i>Da estrutura à função – novos estudos de teoria do direito</i>, 2007.</p> <p>CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. <i>Hermenêutica e Argumentação</i>. 3. ed. Rio de Janeiro:Renovar, 2003</p>
--	--

29. Direito Internacional Público

Nome da disciplina	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	No final deste módulo o estudante deve ter capacidade de utilização dos conceitos e regras próprias do direito internacional;						
Código	ISCED21-CJURCFE005	Ano	2	Bloco	1	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objetivos Gerais	Compreensão geral acerca da Comunidade Internacional, da origem e evolução do Direito Internacional, da relação entre o direito internacional e o direito interno, dos sujeitos de Direito Internacional, das principais temáticas sobre que versam as normas internacionais, atendendo a que a evolução recente de intensificação da cooperação internacional tem conduzido à regulação internacional de novos domínios.						
Objetivos Específicos	Compreender a importância do estudo da teoria das relações internacionais, bem como os institutos fundamentais que estruturam a sociedade internacional pós-moderna						
Resultados Esperados	Adquirir capacidade de interpretação e aplicação dos instrumentos de direito internacional, em especial dos tratados, e de relacionamento com o direito interno.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução	2	5	4	5			2	21	23
As fontes do direito internacional	2	7	3	3			2	18	20
Os sujeitos de direito Internacional	1	8	2	4			1	19	20
As organizações internacionais	2	5	4	5			2	21	23
Os espaços terrestre, aéreo e marítimo	1	7	2	4			2	19	20

Os conflitos internacionais	2	5	4	5			1	20	22
Responsabilidade Internacional	2	5	3	5			2	20	22
Total	10	42	22	31			12	138	150

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>JUNIOR, Alberto do Amaral (2012) – Noções de Direito e Direito Internacional, 4ª Edição, FUNAG, Brasília</p> <p>BASTOS, Fernando Loureiro (2007) - O Direito Internacional na Constituição moçambicana de 2004, Maputo</p> <p>CAPARROZ, Roberto (2012) – Direito Internacional Publico, Editora Saraiva, São Paulo.</p> <p>DUARTE, Maria Luísa, <i>Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global do Século XXI</i>, AAFDL, Lisboa, 2019.</p> <p>BAPTISTA, Eduardo Correia; S/D - <i>Direito Internacional Público – Conceito e Fontes</i>, Volumes 1 e 2, S/ Ed., Coimbra</p> <p>GOUVEIA, Jorge Bacelar, Manual de direito internacional público, Almedina, Coimbra, 2017.</p>
--	---

30. Direito Administrativo

Nome da disciplina	DIREITO ADMINISTRATIVO							
Tipo de disciplina	Específica							
Descrição geral da disciplina	No final do módulo o estudante deve estar em condições de apresentar as noções gerais acerca da disciplina e do conceito da administração pública e do Direito administrativo no geral.							
Código	ISCED21-CJURCFE006	Ano	2	Bloco	1	Créditos	5	
Disciplinas precedentes	-							
Objectivos Gerais	Fornecer o instrumental teórico para o entendimento do Direito Administrativo no âmbito da Administração Pública na sua estrutura, organização, poder, actividades e procedimentos.							
Objectivos Específicos	Apresentar as noções gerais acerca da disciplina e do conceito da administração pública, Identificar os diversos sistemas administrativos;							
Resultados Esperados	Fique preparado para a aplicação dos conhecimentos à praxis jurídica, ficando assim dotado de uma formação consistente, com elevado grau de capacidade crítica, conseguindo realizar trabalhos de investigação científica nesta temática.							
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.							

Técnicas e instrumentos de avaliação	<p>Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final.</p> <p>Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .</p>
---	---

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							TEA	Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)			
Direito Administrativo: conceito e objeto. Relações com outros ramos do Direito e as Ciências Sociais e fontes do Direito Administrativo. Administração Pública.	2	5	4	5			2	21	23	
O regime jurídico-administrativo: conteúdo; princípios constitucionais; princípios informativos do Direito Administrativo.	2	7	3	3			2	18	20	
A Organização Administrativa. Entidades e órgãos públicos: competências. Centralização e descentralização administrativa. Organização administrativa da União: Administração Direta e Indireta. Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.	1	8	2	4			1	19	20	
Actividade administrativa: conceito, natureza e fins. Poderes e deveres do administrador público. O uso, abuso e desvio de poder.	2	5	4	5			2	21	23	
Acto administrativo: considerações gerais, conceito, elementos essenciais ou requisitos, características, classificação. Motivação. Teoria dos motivos determinantes. Extinção: anulação e revogação. Vícios do ato administrativo: atos nulos e anuláveis. Ato inexistente. Perfeição, validade e eficácia. Convalidação.	1	7	2	4			2	19	20	
Contrato administrativo:	2	5	4	5			1	20	22	
Conceito, modalidades, procedimento contratual, garantias, modificação, execução e extinção.	2	5	3	5			2	20	22	
Total	10	42	22	31			12	138	150	

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>NETO, Diogo de Figueiredo Moreira (2014) – <i>Curso de Direito Administrativo</i>, 16ª Edição, Editora Forense, Rio de Janeiro.</p> <p>ROSA, Márcio Fernando Elias (2011) - <i>Direito Administrativo- Parte II</i>, 3ª Edição, Editora Saraiva, São Paulo.</p> <p>CISTAC, Gilles (2009) - <i>O direito administrativo em moçambique</i>, Maputo.</p> <p>CHIZIANE, Eduardo (2011) - <i>As tendências da re-concentração e re-centralização administrativa em Moçambique</i>, Maputo</p> <p>ALMEIDA, Mário Aroso de, <i>Teoria Geral do Direito Administrativo</i>, Almedina Coimbra 2018</p> <p>SILVA, Vasco Pereira da.(1989). <i>Para um Contencioso Administrativo dos Particulares, esboço de uma Teoria Subjectivista do Recurso de Anulação</i>. Coimbra: Almedina.</p> <p>RODRIGUES, L. Barbosa e ROCHA, João Apolinário, <i>Direito da Organização Administrativa</i>, Quid Juris, Lisboa, 2019.</p>
--	---

31. Direito Penal

14	Nome da disciplina	DIREITO PENAL					
Tipo de disciplina		Específica					
Descrição geral da disciplina		No final do módulo o estudante deverá saber interpretar, integrar e aplicar a Lei penal;					
Código	ISCED21-CJURCFE007	Ano	2	Bloco	1	Créditos	5
Disciplinas precedentes		-					
Objectivos Gerais		O Direito Penal, ramo do Direito Público, é o segmento do ordenamento jurídico que visa proteger os bens jurídicos fundamentais. Além de proteger tais bens, o Direito Penal garante os direitos da pessoa humana em face ao poder punitivo do Estado.					
Objectivos Específicos		Fornecer noções gerais acerca do Direito Penal e suas ciências auxiliares, bem como oferecer ao aluno uma visão crítica da função social da referida disciplina; Analisar os fundamentos históricos doutrinários sobre o surgimento, desenvolvimento, fazes e principais expoentes do Direito Penal;					
Resultados Esperados							
Metodologias de ensino e aprendizagem		Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.					
Técnicas e instrumentos de avaliação		Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesa em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.					

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução, definição formal de crime de crime e princípios constitucionais do Direito Penal	2	10	4	5			3	22	24
Teoria da lei penal : Fins das penas e aplicação da lei penal no espaço e quanto às pessoas	2	10	4	5			2	21	23
Teoria geral do crime: os pressupostos da imputação de responsabilidade penal (o crime como acção típica, ilícita, culposa e punível) e a sua relação com o conceito material de crime	1	8	2	3			1	14	15

O facto típico Acção (e omissão); O conceito de acção típica; Acção e omissão como objeto das normas penais; A posição de garante	2	10	4	5			3	22	24
Causalidade e imputação objectiva	1	8	2	4			2	16	17
Teoria da conditio sine qua non; Imputação objetiva;. Teoria da adequação e teoria do risco; Comportamento lícito alternativo	2	10	4	5			1	20	22
Total	10	56	20	27			12	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bitencourt, Cezar Roberto (2011) - Tratado de direito penal : parte geral 1; Eduardo, Victor Rios, Goncalves (2011) - Direito Penal Esquematisado; Rodrigues, Cristiano (2012) - Direito Penal; FARIA COSTA, José, Noções fundamentais de Direito Penal, 3ª ed., Coimbra Editora, 2012 FARIA COSTA, José, Direito Penal, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2017 FIGUEIREDO DIAS, Jorge, Direito Penal, Parte Geral, I, 2ª ed., Coimbra Editora, 2007 MARQUES DA SILVA, Germano, Direito Penal Português – teoria do crime, Universidade Católica editora, Lisboa, 2012.</p>
--	---

32. Direito Fiscal e Aduaneiro

Nome da disciplina	DIREITO FISCAL E ADUANEIRO								
Tipo de disciplina	Específica								
Descrição geral da disciplina	No final do modulo o estudante devera adquirir conhecimentos sobre a relação jurídica fiscal, as principais obrigações fiscais e respectivas garantias;								
Código	ISCED21-CJURCFE008	Ano	2	Bloco	2	Créditos	5		
Disciplinas precedentes	-								
Objectivos Gerais	O programa e o ensino do Direito Fiscal devem fornecer aos estudantes os conhecimentos sobre as receitas do Estado provenientes de impostos e de taxas. A figura do Imposto é assim central nesta Disciplina. Fará parte desta o conhecimento dos poderes do Estado e dos Direitos dos contribuintes, bem como as relações entre o Direito Fiscal e os outros ramos do Direito,								
Objectivos Específicos	Conhecer as regras de interpretação e integração das normas em direito fiscal; Conhecer os impostos em vigor em moçambique, suas características e classificação;								
Resultados Esperados	Interpretar textos jurídico-fiscais, Investigar temas de direito fiscal, Elaborar pareceres sobre aspectos fiscais;								
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar								

	um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução	2	5	4	5			2	21	23
Principais figuras tributárias	2	7	3	3			2	18	20
As fontes de direito fiscal	1	8	2	4			1	19	20
Interpretação, integração e eficácia do direito fiscal	2	5	4	5			2	21	23
A relação jurídica fiscal	1	7	2	4			2	19	20
O sistema fiscal moçambicano: Origem histórica da fiscalidade em Moçambique	2	5	4	5			1	20	22
Impostos vigentes no sistema tributário moçambicano	2	5	3	5			2	20	22
Total	10	42	22	31			12	138	150

Webgrafia e bibliografia recomendadas	TORO, Carlos Eduardo Costa MIGUEL, Carolina Romanini DE CARVALHO, Cassius Vinicius. Direito Tributário. Editora Saraiva. 2009 BORGES, Alexandre Siciliano; RULLO, Carmine; BELLAN, Daniel Vitor. Direito Tributário. Editora Saraiva. 2011 OLIVEIRA, Sebastião. Sebenta de Direito Fiscal. 2010. SABBAG, Eduardo. Direito Tributário I. Editora Saraiva. 2012 AMORIM, José de Campos, AZEVEDO, Patrícia Anjos, Lições de Direito Fiscal, Calendário das Letras, Lisboa, 2019. CASALTA NABAIS, José, <i>Direito Fiscal</i> , 11ª Edição, Almedina, Coimbra, 2018 FAUSTINO, Manuel (2003) - <i>O dever de retenção na fonte e outros deveres autónomos de cooperação em IRS</i> , Áreas Editora FREITAS PEREIRA, Manuel Henrique (2005) – <i>Fiscalidade</i> , Almedina
--	--

33. Direitos Fundamentais

15	Nome da disciplina	DIREITOS FUNDAMENTAIS					
Tipo de disciplina		Especifica					
Descrição geral da disciplina		No final do modulo os estudantes devem desenvolver, atitudes de cidadania activa e de respeito pela dignidade da pessoa humana e da pessoa jurídica;					
Código	ISCED21-CJURCFE009	Ano	2	Bloco	2	Créditos	5
Disciplinas precedentes		-					
Objectivos Gerais		A disciplina de Direitos Fundamentais está inserida no currículo da licenciatura em Direito. Os objectivos centrais da cadeira consistem no ensino de uma componente fundamental da Constituição material de um estado que é o estatuto jurídico dos cidadãos na sua relação com o poder político.					
Objectivos Específicos		Fornecer o conhecimento do sujeito, objecto, estrutura e enquadramento legal dos direitos subjectivos das pessoas para o gozo pleno dos direitos fundamentais de que sejam titulares em relação ao Estado e à pessoa jurídica;					
Resultados Esperados		Obtenha uma formação nos conhecimentos jurídicos que lhe permita representar as posições jurídicas activas de que as pessoas individuais e colectivas são titulares, no contexto de um ordenamento jurídico-constitucional que assenta o fundamento do Estado de direito democrático no cidadão, como fonte da soberania, e na dignidade da pessoa humana.					
Metodologias de ensino e aprendizagem		Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar <u>um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.</u>					
Técnicas e instrumentos de avaliação		Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .					

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Génese, evolução e caracterização dos direitos fundamentais	2	10	5	2			5	22	24
O processo de institucionalização e positivação	2	5	3	2			2	12	14
O sistema de direitos fundamentais na constituição moçambicana	2	10	5	2			5	22	24
Os princípios estruturantes do sistema de direitos	2	5	3	2			2	12	14

fundamentais									
Sinopse sobre direitos económicos, sociais e culturais	2	10	5	2			5	22	24
Total	10	40	21	10			19	90	100

Webgrafia e bibliografia recomendadas	PINHO, Rodrigo Cesar Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais. Editora Saraiva. 2012 ASSIS, Geovana Oliveira De. Os direitos fundamentais como objeto mediador da tributação. 2010. FILHO, Napoleão Casado. Direitos Humanos Fundamentais. 2012 CASTILHO, Ricardo. Direitos Humanos. 2012. ALEXANDRINO, José de Melo (2007) - Direitos Fundamentais - Introdução Geral, 1ª Edição, Principia, Estoril
--	--

34. Direito das Obrigações

Nome da disciplina	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES								
Tipo de disciplina	Específica								
Descrição geral da disciplina	No final do módulo os estudantes devem conhecer o que é um contrato e os tipos de contratos;								
Código	ISCED21-CJURCFE010	Ano	2	Bloco	2	Créditos	5		
Disciplinas precedentes	-								
Objectivos Gerais	A aquisição de competência especializada no enquadramento e tratamento jurídicos das questões mais relevantes, no domínio jurídico-privado substantivo, atinentes à regulação dos interesses conectados com a circulação da riqueza e o acesso aos bens e com a integridade dos patrimónios. Visa-se, em particular, capacitar os alunos para uma selecção adequada e uma correcta aplicação operativa dos critérios dogmáticos ajustados à solução dos casos.								
Objectivos Específicos	Deverás conhecer o que é um contrato e os tipos de contratos; demonstrar a relevância da obrigação de indemnizar os danos causados a outrem; identificar os princípios gerais do Direito das Obrigações;								
Resultados Esperados	Saiba reconhecer o papel da Teoria Geral das Obrigações na formação dos quadros mentais de um jurista; - Saiba proceder à aplicação dos conhecimentos adquiridos a situações novas.								
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e "role play" individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.								
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação								

	total .
--	---------

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução	2	10	5	2			5	22	24
Fontes das obrigações	2	5	3	2			2	12	14
Cumprimento das obrigações	2	10	5	2			5	22	24
Transmissão das obrigações	2	5	3	2			2	12	14
Extinção das obrigações	2	10	5	2			5	22	24
Total	10	40	21	10			19	90	100

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>CORDEIRO, ANTONIO MENEZES, Tratado de Direito Civil - Livro 9: Direito das Obrigações, Almedina, Coimbra, 2017.</p> <p>MENEZES CORDEIRO, Tratado de direito civil português, I – Parte Geral, tomo 1, 3ª ed., Coimbra, Almeida, 1987, pp. 357-358.</p> <p>GERNHUBER, Das Schuldverhältnis (Begrenzung und Anderung, Pflichten und Strukturen, Drittwirkungen), Tubingen, Mohr, 1989, pp. 3 e ss.</p> <p>COSTA, Mário Júlio de Almeida (2008) – Direito das Obrigações, 11ª Ed., Almedina Ed., Coimbra;</p> <p>FARIA, Jorge Leite A. Ribeiro de (1990) – Direito das Obrigações, 2 Vol., S/ Ed.;</p>
--	--

35. Direito Financeiro

Nome da disciplina	DIREITO FINANCEIRO						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	No final do modulo os estudantes devem ter conhecimento do Orçamento Publico, os elementos que o compõem, a sua compatibilidade vertical interna e os seus mecanismos de execução;						
Código	ISCED22-CJURFE011	Ano	2	Bloco	3	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Analisar a evolução do Direito Financeiro e a sua importância para o ordenamento jurídico nacional, demonstrando que seu desenvolvimento acompanhou a evolução do próprio Estado, bem como a ingerência do Orçamento Publico nas finanças publicas, se apresentando como importante instrumento de execução, fiscalização e controle dos gastos públicos.						
Objectivos Específicos	Analisar a evolução histórica do Direito Financeiro, atrelada a própria evolução histórica do conceito de Estado e o quadro das						

	finanças publicas do Estado, a sua composição e os instrumentos que viabilizam a sua dinâmica;
Resultados Esperados	Estudar o sistema financeiro nacional nas suas várias normas legisladas; Conhecer a história, evolução e natureza jurídica do orçamento público.
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um <u>projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.</u>
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo						TEA	Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)		
Noções Fundamentais	1	4	5	4			2	15	16
Conceito De Finanças Públicas	2	4	2	4			2	12	14
O Fenômeno Financeiro	1	4	4	4			2	14	15
Atividade Financeira Do Estado	1	4	4	5			2	15	16
O Direito Financeiro Na Constituição Moçambicana	1	4	3	5			2	14	15
O Património Público	1	2	4	4			2	12	13
O Orçamento Estadual	1	2	4	5			2	13	14
As Receitas Públicas	1	2	2	3			2	9	10
As Despesas Públicas	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	31	38			18	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	Constituição da República de Moçambique, 2018. Lei nº. 9/2002, de 13 de Fevereiro de 2002, cria o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE). Decreto nº. 23/2004, de 20 de Agosto, aprova o regulamento do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE). BASTOS, Celso Ribeiro . Curso de Direito Financeiro e Direito Tributário . 3ª ed.São Paulo: Saraiva , 1994; GOMES, Carlos Roberto de Miranda. Manual de Direito Financeiro e Finanças. 2ed. Brasília Jurídica – 2.000. (3ª edição, no prelo); CATARINO João Ricardo, Finanças Públicas e Direito Financeiro, Almedina Coimbra, 2019
--	---

36. Direito Comunitário

Nome da disciplina	DIREITO COMUNITARIO						
Tipo de disciplina	Especifica						
Descrição geral da disciplina	No final de cada modulo o estudante deve dominar o instituto de reenvio prejudicial e saber as experiências da integração da União Africana e da SADC.						
Código	ISCED22-CJURFE012	Ano	2	Bloco	4	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Não é possível abordar, hoje em dia, qualquer estudo, por mais elementar que seja, sobre a Africa, sem, do seu núcleo, constar obrigatoriamente uma referência, tão ampla quanto possível, à Uniao Africana - bem pode dizer-se que o grande núcleo de toda a Africa vai sendo, cada vez mais, a Africana.						
Objectivos Específicos	Conhecer a noção de saber definir o conceito de Direito Comunitário; Conhecer os métodos de interpretação em Direito Comunitário;						
Resultados Esperados	Saber distinguir entre o Direito Comunitário de Direito de Integração;						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e "role play" individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .						

Tema	Horas de Contacto	Estudo autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEa	
Introducao e conceito	2	10	5	2			5	22	24
História do "fenómeno comunitário"	2	5	3	2			2	12	14
Direito Comunitário Institucional ou "Constitucional"	2	10	5	2			5	22	24
Teoria Geral do Direito Comunitário	2	5	3	2			2	12	14
Practica do Direito Comunitario na Uniao africana e na SADC	2	10	5	2			5	22	24
Total	10	40	21	10			19	90	100

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>FILHO, Francisco das C. Lima (2006) - A ORDEM JURÍDICA COMUNITÁRIA EUROPEIA: PRINCÍPIOS E FONTES, Revista Jurídica UNIGRAN.</p> <p>ARAGAO, Maria Alexandra Sousa de (2006) - Direito Comunitário do Ambiente, Cadernos CEDOUA, Almedina.</p> <p>KEGEL, PATRICIA LUIZA (2000) - "Direito Internacional Público e Direito Comunitário nas Constituições nacionais; a experiência da República Federal da Alemanha". Florianopolis, Tese de Doutoramento.</p> <p>ALFANE, Rufino. Autoridade Tradicional em Moçambique. Educação Cívica na sociedade tradicional. Maputo: MAE, 1996.</p> <p>ARAÚJO, Sara e JOSÉ, André; Pluralismo jurídico, legitimidade e acesso à justiça. Instâncias comunitárias de resolução de conflitos no Bairro de Inhagoia «B» — Maputo. Coimbra: Oficina do CES, n.º 284, 2007.</p>
--	--

37. Direito do Trabalho

Nome da disciplina	DIREITO DO TRABALHO						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	No final do modulo o estudante devera saber diferenciar o Direito do Trabalho de outros ramos do Direito;						
Código	ISCED22-CJURFE013	Ano	2	Bloco	3	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Analisar o direito do trabalho em conexão com a realidade social, a partir dos preceitos constitucionais. Verificar a relação de emprego como objecto de estudo do direito do trabalho. Estudar o contrato individual de trabalho, analisando os seus principais aspectos, bem como as posições dos sujeitos, especialmente num tempo de flexibilização de regras trabalhistas.						
Objectivos Específicos	Conhecer o conceito e o objecto do Direito do Trabalho; saber diferenciar o Direito do Trabalho de outros ramos do Direito;						
Resultados Esperados	Analise e esclareça a respeito das variadas opiniões doutrinárias, jurisprudenciais e legais sobre a matéria;						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e "role play" individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.						

Tema	Horas de Contacto	Estudo autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução ao direito do trabalho	1	4	2	2			2	10	11
Fontes do direito do trabalho	1	4	2	4			2	12	13
Da relação de emprego	1	4	2	4			2	12	13
Contrato individual de trabalho	1	4	4	5			2	15	16
Interrupção e suspensão do contrato de trabalho	1	2	2	5			2	11	12
Da remuneração	1	2	3	4			2	11	12
Das vicissitudes do contrato de trabalho	1	2	4	5			2	13	14
Extinção do contrato de trabalho – modalidades e efeitos;	1	2	2	3			2	9	10
Relações colectivas de trabalho	1	2	3	4			2	11	12
Prescrição	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>AGUIAR, Joaquim Pintado Nunes Luísa (2007) – Guia prático do processo disciplinar, 5ª edição, Almedina, Coimbra;</p> <p>DELGADO, Maurício Godinho (2006) - Curso de direito do trabalho, 5ª Ed., LTR, São Paulo;</p> <p>FERNANDES, António de Lemos Monteiro (1999) - Direito do Trabalho, 11ª edição, Almedina, Coimbra;</p> <p>AGUIAR, Joaquim Pintado Nunes Luísa (2007) – Guia prático do processo disciplinar, 5ª edição, Almedina, Coimbra;</p> <p>MARTINS, André Almeida, et alii, Manual de Direito do Trabalho, Vida Económica, 2017</p> <p>CAIRO JÚNIOR, José (2006) - Direito do trabalho: Relações coletivas de trabalho, JusPodium, Salvador;</p>
--	---

38. Direito Económico

Nome da disciplina	DIREITO ECONÓMICO						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	No final de cada modulo os estudantes devem conhecer o regime Jurídico das empresas Estatais e das empresas publicas moçambicanas.						
Código	ISCED22-CJURFE015	Ano	2	Bloco	3	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Os objectivos da disciplina em apreço passam sobretudo por dotar os alunos de uma formação avançada, de carácter especializado, na área do tradicional “Direito da Economia”, englobando nomeadamente as matérias relativas à constituição económica, ao direito da concorrência, ao regime do sector empresarial do estado.						
Objectivos Específicos	Analisar o sector empresarial do Estado – Empresas Publicas, Privadas, Mistas ou de capitais Públicos;						
Resultados Esperados	Tenha a consciência da profunda mutação que se tem verificado na área da regulamentação jurídica da organização da actividade económica, dando especial atenção a esta evolução, interpretando o seu sentido e alcance.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .						

Tema	Horas de Contacto	Estudo autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução	2	10	4	5			3	22	24
Direito e Economia	2	10	4	5			2	21	23
A constituição económica	1	8	2	3			1	14	15
Intervenção do Estado no Domínio Económico. Modalidades.	2	10	4	5			3	22	24
Exame da intervenção pública em alguns sectores económicos	1	8	2	4			2	16	17
Sistema moçambicano de defesa da concorrência	2	10	4	5			1	20	22
Total	10	56	20	27			12	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	GONÇALVES, Maria -(2010) Direito da Economia, Lisboa. MASSO, Fabiano - (2013) Direito Economico Esquematzado, 2a edição, editora método, São Paulo. NUSDEO, Ana; FILHO, Artur; MACEDO, Bernardo; NETO, Caio; VIEGAS, Claudia - (2010) Direito Económico. MOTA PINTO, Carlos Alberto; S/D - Direito Económico Português, Coimbra WATY, Teodoro Andrade, Direito Económico, WW Editora, Limitada, Maputo, 2011 MONCADA, Luiz Cabral de, Direito Económico - 7.ª edição, Almedina, Coimbra, 2019
--	--

39. Direito do Ambiente e do Urbanismo

Nome da disciplina	DIREITO DO AMBIENTE E DO URBANISMO						
Tipo de disciplina	Especifica						
Descrição geral da disciplina	No final de cada modulo os estudantes devem identificar e interpretar a forma como o Direito intervém na regulação das formas de aproveitamento humano das utilidades dos bens ambientais naturais, como assegura a preservação destes e como pune os comportamentos lesivos da integridade dos recursos naturais.						
Código	ISCED22-CJURFE016	Ano	2	Bloco	1	Créditos	4
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	A disciplina de Direito do Ambiente constitui uma opção de especialização num domínio que é transversal a vários ramos e sub-ramos do Direito, além de intersectar com outros domínios do saber, como a Economia e a Sociologia. Trata -se de estudar a forma como o Direito intervém na regulação das formas de aproveitamento humano das utilidades dos bens ambientais naturais, como assegura a preservação destes e como pune os comportamentos lesivos da integridade dos recursos naturais.						
Objectivos Específicos	Conhecer os problemas relacionados com a questão ambiental, bem com os meios de tutela colocados à disposição pela legislação ambiental, em vigor, em Moçambique;						
Resultados Esperados	compreensão da teoria geral do Direito do Ambiente, que depois lhe permita trabalhar em áreas específicas (protecção da qualidade do ar, da água, das espécies). O aluno deverá saber enquadrar os problemas, seleccionar os diplomas e preceitos aplicáveis e, sobretudo, analisar criticamente as decisões jurisprudenciais seleccionadas						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						

Técnicas e instrumentos de avaliação	<p>Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final.</p> <p>Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .</p>
---	---

Tema	Horas de Contacto	Estudo autónomo							Total
		T	T P	T C	E	P L	AP (Chats e TG)	TE A	
INTRODUÇÃO	0.6	2	1	2			0.6	5.6	6.2
Delimitação do Direito do Urbanismo e do Direito do Ambiente	0.6	2	1	2			0.6	5.6	6.2
DIREITO URBANÍSTICO-Teoria Geral dos Planos Urbanísticos: Do Mito do Plano à Planificação Estrutural	0.6	2	1	2			0.6	5.6	6.2
Da Discricionariedade dos Planos Urbanísticos à Incerteza e Conformação do Direito de Propriedade Privada.	0.6	2	1	2			0.6	5.6	6.2
DIREITO DO AMBIENTE	0.7	2	1	2			0.7	5.7	6.4
O direito do ambiente como direito da complexidade	0.9	2	1	3			0.9	6.9	7.8
Do momento originante às fontes do Direito do Ambiente	0.6	2	1	2			0.6	5.6	6.2
Os princípios estruturantes do Direito do Ambiente	0.6	2	1	2			0.6	5.6	6.2
Aproximação ao conceito jurídico de ambiente	0.6	2	1	2			0.6	5.6	6.2
O Direito Comunitário do Ambiente	0.6	2	1	2			0.6	5.6	6.2
A função promocional do direito comunitário na ordem jurídica mocambicana (primado e efeito directo)	0.6	2	1	2			0.6	5.6	6.2
Origem e evolução do direito comunitário do ambiente	0.7	2	1	3			0.7	6.7	7.4
Princípios, objectivos e condições da acção comunitária em matéria ambiental	0.8	2	1	3			0.8	6.8	7.6
O direito comunitário do ambiente e o direito internacional do ambiente. Relatividade e necessidade do direito internacional do ambiente	0.8	2	1	3			0.8	6.8	7.6
A Tutela do Ambiente	0.7	2	1	3			0.7	6.7	7.4
Total	10	30	15	35	0	0	10	90	100

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>AA.VV.; Direito do Urbanismo (coord. Freitas do Amaral), I.N.A., Oeiras, 1989.</p> <p>CANOTILHO, José Gomes (1998) – <i>Introdução ao Direito do Ambiente</i>, Universidade Aberta.</p> <p>COLAÇO ANTUNES ; “A ideologia do plano urbanístico”, in <i>Planeamento (Revista de Urbanismo e de Ordenamento do Território)</i>, 4, APPLA, 2007.</p> <p>COLAÇO ANTUNES,; “Los intereses difusos. Ubicación constitucional; tutela jurisdiccional y acción popular de masas”, in <i>Revista de Administración Pública</i>, nº 124, 1991.</p>
--	--

--	--

40. Direito dos Transportes

Nome da disciplina	DIREITO DOS TRANSPORTES						
Tipo de disciplina	Específicas						
Descrição geral da disciplina	No final de cada modulo os estudantes devem ter um domínio e competência das legislações do Direito dos Transportes.						
Código	ISCED31-CJURCFE017	Ano	2	Bloco	1	Créditos	4
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Conferir conhecimentos no âmbito do direito dos transportes, percorrendo legislação nacional, tratados e Convenções Internacionais;						
Objectivos Específicos	Domínio de temas actuais do direito dos transportes (por exemplo, perda e avaria de bagagens, transporte de mercadorias por mar, contentorização, voos charter, overbooking, gestão de aeroportos, regulação de transportes urbanos, funcionamento das auto-estradas marítimas), permitindo a resolução de casos da vida real;						
Resultados Esperados	Visão abrangente de um conjunto variado de matérias que permitirá aos alunos elaborar uma dissertação de mestrado sobre assuntos que estão ainda a começar a ser investigados ou que se encontram por desbravar no panorama jurídico, português, e que se impõem perante a vocação comercial marítima de Moçambique e a sua localização estratégica para o transporte de mercadorias para o resto do mundo;						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .						

Tema	Horas de Contacto	Estudo autónomo						TEA	Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)		
Organização administrativa dos transportes	2	5	4	5			2	21	23
A regulação do transporte	2	7	3	3			2	18	20
O regime jurídico das infra-estruturas de transporte	1	8	2	4			1	19	20
A gestão de portos e aeroportos	2	5	4	5			2	21	23
Contratos de transporte	1	7	2	4			2	19	20
Convenções internacionais	2	5	4	5			1	20	22
Perda e avaria das mercadorias	2	5	3	5			2	20	22
Total	10	42	22	31			12	138	150

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>FARIA, Duarte Lynce, O Contrato de Volume e o Transporte Marítimo de Mercadorias - Dos Granéis aos Contentores, do "Tramping" às Linhas Regulares, Almedina, 2018</p> <p>GOMES, Manuel Januário da Costa, Temas de Direito dos Transportes - Livro 4, Almedina, Coimbra, 2019</p> <p>NABAIS, José Casalta Nabais et Alii, Novos Caminhos para o Direito dos Transportes, 2013.</p> <p>GOMES, Manuel Januário da Costa (Coord) Temas de Direito dos Transportes - Volume III, Direito Marítimo e dos Transportes, Almedina, 2015.</p> <p>Almeida, Ferreira, O contrato de transporte no Código Civil, RT, 87, p. 147</p> <p>Rocha, Francisco Costeira da, O contrato de transporte de mercadorias. Contributo para o estudo da posição jurídica do destinatário no contrato de transporte de mercadorias, Almedina, Coimbra 2000</p> <p>Tavares da Silva, Suzana, «Direito administrativo dos transportes», Tratado de Direito Administrativo Especial, Vol. V, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 425-538</p> <p>Basedow, Jürgen (org.), Münchener Kommentar zum HGB, Transportrecht, 1997, actualizado em 2000.</p>
--	---

41. Direito Comercial

Nome da disciplina	Direito Comercial						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Procurar-se-á habilitá-los com os conhecimentos fundamentais da ciência jurídica relativamente aos temas da empresa (estabelecimento) comercial e dos empresários individuais e sociedades comerciais.						
Código	ISCED31-CJURCFE018	Ano	3	Bloco	4	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Proporcionar aos alunos a aquisição dos conhecimentos de base e gerais necessários para identificar, formular e solucionar os problemas suscitados na prática profissional jurídica relativamente à temática dos aspectos subjectivos do Direito Comercial, isto é, dos temas de Direito Privado da Empresa. Procurar-se-á habilitá-los com os conhecimentos fundamentais da ciência jurídica relativamente aos temas da empresa (estabelecimento) comercial e dos empresários individuais e sociedades comerciais.						
Objectivos Específicos	Conhecer os actos de comércio; Identificar o empresário comercial; Distinguir a firma; Elaborar contratos sociais;						
Resultados Esperados	Espera-se que o estudante: Obtenha uma compreensão global e um conhecimento técnico das matérias versadas, designadamente: De competências para conhecer, identificar, problematizar e solucionar as questões inerentes a cada uma delas; Fomentar a aprendizagem activa com vista à aquisição de capacidade de resolução dos problemas próprios das actividades profissionais em que os temas do Direito Privado da Empresa se suscitam.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
O direito comercial. Sua evolução histórica. Enquadramento	1	4	2	2			2	10	11
O comércio como objecto do direito comercial	1	4	2	4			2	12	13

As fontes de direito comercial. O problema da interpretação e integração do direito comercial	1	4	2	4			2	12	13
Os actos de comércio	1	4	4	5			2	15	16
Classificação dos actos de comércio	1	2	2	5			2	11	12
Os comerciantes	1	2	3	4			2	11	12
A organização do comerciante. O estabelecimento comercial. Os sinais distintivos	1	2	4	5			2	13	14
Os títulos de crédito	1	2	2	3			2	9	10
Conceito, função, características, tipologia	1	2	3	4			2	11	12
As sociedades comerciais. Noções fundamentais. Elementos do contrato de sociedade. O objecto comercial, a forma comercial. Tipos de sociedades.	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendada</p> <p><i>GRANSOTTO, Alexandre Jose</i> - (2016), <i>Resumo de Direito Comercial</i>. 2016</p> <p><i>Código, Comercial</i> (2009)</p> <p><i>CORREIA, Miguel Pupo</i> (2006) - <i>Direito Comercial</i>.</p> <p><i>FRAGOSO, Américo Oliveira</i> (2006) - <i>CONTRATOS DE ADESÃO NO NOVO CÓDIGO COMERCIAL DE MOÇAMBIQUE</i>. 2016</p> <p><i>QUEIROZ, Marcos Antônio, Gestão Comercial</i>, 2012</p> <p>ABREU, J. M. Coutinho de - <i>Curso de Direito Comercial</i>, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2018</p> <p>GOMES Fátima, <i>Direito Comercial, Noções Gerais e Regimes Complementares</i> (2.ª Edição), UCE 2017</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>CORREIA, Pupo - <i>Direito Comercial</i>, 14ª Ed., Ediforum, Lisboa, 2018</p> <p>CUNHA, Paulo Olavo, <i>Direito Comercial e do Mercado</i>, Almedina, Coimbra, 2018.</p> <p>CATAPANI, Márcio Ferro. “<i>Os contratos Sociativos</i>”. In: FRANÇA, Erasmo Valhadão Azevedo e Novaes (org.). <i>Direito societário contemporâneo I</i>. São Paulo: Quartier Latin, 2009.</p> <p>CHULIA, Francisco Vicent, <i>Intruducción al derecho mercantil</i>, Valência: Tirant lo blanc, 1999.</p> <p>CARDOSO, J. Pires, <i>Compêndio de Noções de direito comercial</i>, Atlântida Editora S.A.R.L. Coimbra.</p> <p>COSTA, Ricardo, <i>A Sociedade por Quotas Unipessoal no Direito Português</i>, Livraria. Almedina, Coimbra, 2002.</p>
--	--

	<p>CORREIA, Miguel J.A. Pupo, <i>Direito Comercial</i> - Direito da Empresa, 10ª Edição revista e actualizada, Ediforum, Lisboa, 2007.</p> <p>CORDEIRO, António Menezes. <i>Manual de Direito Comercial</i>. Coimbra, Almedina. 2005.</p> <p>VASCONCELOS, Pedro Pais de, <i>Direito Comercial</i> - Vol. I, Almedina, Coimbra, 2017;</p> <p>SERRA, Catarina, <i>Direito Comercial - Noções Fundamentais</i>, Coimbra Editora, 2009.</p>
--	---

42. Direito Reais

Nome da disciplina	DIREITO REAIS						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Contribuir para a formação técnica do aluno fornecendo as informações necessárias a respeito da disciplina, permitindo, assim, que ele possa utilizar o instrumental específico no seu exercício profissional;						
Código	ISCED31-CJURCFE019	Ano	3	Bloco	2	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	<p>Transmitir ao aluno noções de Direito das Coisas, mostrando-lhe o surgimento e a evolução desse direito, bem como suas transformações ao longo das últimas décadas;</p> <p>Estimular a análise crítica deste conhecimento jurídico, associado a também uma visão crítica do direito e seu papel na sociedade contemporânea.</p>						
Objectivos Específicos	Identificar e distinguir os direitos reais; Conhecer o objecto de Direitos Reais; Conhecer as fontes do Direito Reais e as suas relações; com os demais ramos de Direito; Conhecer as características dos Direitos Reais; Conhecer os princípios que regem os Direitos Reais; Conhecer as modalidades de direitos reais;						
Resultados Esperados	<p>Espera-se que o estudante:</p> <p>Saiba reconhecer o papel dos Direitos Reais na formação dos quadros mentais de um jurista; Saiba investigar e recolher informação; Saiba realizar trabalho de projecto; Saiba consultar, interpretar e utilizar diplomas legais; Saiba proceder à aplicação dos conhecimentos adquiridos a situações novas.</p>						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	<p>Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final.</p> <p>Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.</p>						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Noção de Direito Real	1	4	2	2			2	10	11
Modalidades dos Direitos Reais	1	4	2	4			2	12	13
Conteúdo dos Direitos Reais	1	4	2	4			2	12	13
Vissitudes dos Direitos Reais	1	4	4	5			2	15	16
Garantia dos Direitos Reais	1	2	2	5			2	11	12
Direito de Propriedade	1	2	3	4			2	11	12
Propriedade Horizontal	1	2	4	5			2	13	14
Direito de Superfície	1	2	2	3			2	9	10
Usufruto e Servidões Prediais	1	2	3	4			2	11	12
Posse	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendada JOSÉ, António Filipe Garcez, DIREITOS REAIS, 2005 GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito das Coisas, 2012 DELGADO, Jorge J.; Villela, Maria Lúcia Torres, Funções reais de variável real, 2007 ALVES, José Carlos Moreira, Direito das Coisas no Código Civil Português, 1969 DELGADO, Jorge J.; Vilela, Maria Lúcia Torres, Pré-Cálculo, Vol 4: Funções Reais de Variável Real, 2007 ASCENSÃO, José de Oliveira (1995) - Direito Civil – Reais, 5ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra CORDEIRO, Menezes (1982) - Direitos Reais, 1ª Edição, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa CORDEIRO, Menezes (1997) - Posse - Perspectivas dogmáticas actuais, 1ª Edição, Almedina, Coimbra FERNANDES, Luís de Carvalho (2003) - Lições de Direitos Reais, 4ª Edição, Quid Juris, Lisboa</p> <p>Bibliografia Básica: ALBUQUERQUE Pedro de, Direitos Reais, Almedina, 2017; ANTUNES, Henrique Sousa, Direitos Reais, UCE, 2017; ASCENSÃO, José de Oliveira (1995) - <i>Direito Civil – Reais</i>, 5ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra; CORDEIRO, Menezes (1982) - <i>Direitos Reais</i>, 1ª Edição, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa; CORDEIRO, Menezes (1997) - <i>Posse - Perspectivas dogmáticas actuais</i>, 1ª Edição, Almedina, Coimbra; FERNANDES, Luís de Carvalho (2009) - <i>Lições de Direitos Reais</i>, 6ª Edição, Quid Juris, Lisboa; FERNANDES, Luís de Carvalho (2003) - <i>Lições de Direitos Reais</i>, 4ª Edição, Quid Juris, Lisboa;</p>
--	--

	<p>GONZÁLEZ, José (2005) - <i>Direitos reais e direito registal imobiliário</i>, 3ª Edição, Quid Juris, Lisboa</p> <p>GOMES, Orlando (1991) - <i>Direitos Reais</i>. 10ª Ed., Saraiva, São Paulo;</p> <p>MALUF, Carlos Alberto Dafus (1997) - <i>Limitações ao Direito de Propriedade</i>, Saraiva, São Paulo;</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto (2002) - <i>Direito das Coisas</i>, 5ª Ed., Saraiva, São Paulo</p> <p>LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, <i>Direitos Reais</i>, Almedina, Coimbra, 2019;</p> <p>TRIUNFANTE, Armando Manuel, <i>Lições de Direitos Reais</i>, Almedina, Coimbra, 2019;</p> <p>VIEIRA, José Alberto, <i>Direitos Reais</i>, Almedina, Coimbra, 2018.</p>
--	---

43. Filosofia do Direito

Nome da disciplina	FILOSOFIA DO DIREITO						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	A disciplina de Filosofia do Direito visa problematizar o Direito, pensá-lo para além do domínio estritamente técnico, procurando que o estudante adquira os instrumentos críticos indispensáveis a um exercício de reflexão autónoma, sensível a dimensões éticas, políticas, e culturais em geral.						
Código	ISCED31-CJURCFE020	Ano	3	Bloco	1	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Esta abertura a outras preocupações, além de ser pedra de toque do estudo universitário, é vital para a formação do jurista, que não pode ser um simples tecnocrata: é que, como vem sendo dito (parafrazando “mutatis mutandis” uma lapidar fórmula), “quem só sabe Direito, nem sequer Direito sabe”. Assim, não apenas se pretende traçar uma panorâmica de temáticas cultivadas em muito variadas áreas da reflexão jusfilosófica, como abrir o diálogo do saber jurídico com diferentes manifestações do pensamento e a cultura, e ainda promover a investigação pessoal e de grupo a um nível mais aprofundado.						
Objectivos Específicos	Definir a Filosofia do Direito; Fazer um percurso sobre as diferentes correntes e perspectivas; Conhecer as diferentes facetas da Metodologia Jurídica; Conhecer os contornos da Filosofia do Direito em Moçambique.						
Resultados Esperados	Ao concluir com sucesso a disciplina o aluno deverá se capaz de: Ter capacidade de análise e reflexão crítica sobre a problemática do Direito; Compreender os fundamentos filosóficos do Direito; Compreender que o Direito, antes de ser uma questão técnica, é uma questão humana, baseada não só na norma, mas também em certos valores e princípios de solidariedade social.						

Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Fundamentos Jusfilosóficos	1	4	2	2			2	10	11
Ontofenomenologia. Ser, Dever-Ser e Modo-de-ser do Direito Abordagens interdisciplinares em demanda do Direito Conceitos e Correntes Fundamentais	1	4	2	4			2	12	13
Perspectivas Contemporâneas.	1	4	2	4			2	12	13
Iniciação Jusfilosófica	1	4	4	5			2	15	16
Teoria Geral do Direito Ontologia e Gnoseologia. Dogmática. Sistemática e Axiologia.	1	2	2	5			2	11	12
Parte Especial	1	2	3	4			2	11	12
Direito e Poder	1	2	4	5			2	13	14
Marcos da História da Filosofia do Direito e da Política	1	2	2	3			2	9	10
Filosofia do Direito em Moçambique	1	2	3	4			2	11	12
Direito e Literatura	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

<p>Webgrafia e bibliografia recomendadas</p>	<p>Bibliografia Recomendada: REALE, Miguel (2002) - <i>Filosofia do Direito</i>, 19ª Ed, Saraiva Editora, São Paulo, 2002 RADBRUCH, Gustav - <i>Introdução a Filosofia do Direito</i>. 2000 Costa, Alexandre Araújo, Curso de Filosofia do Direito Rede São Paulo, Filosofia Política, 2012 COSTA, Alexandre Araújo - <i>Curso de Filosofia do Direito</i>. LARENZ, Karl (1991) - <i>Metodologia a da ciência do direito</i>, 3ª Ed, Lisboa. LISBOA, Marcelo Jucá (2016) - <i>Metodologia jurídica e sua relação com o conceito, interpretação e aplicação do direito: uma visão panorâmica</i>. CEPEDA, Bartola Pablo Rodríguez (2006) - <i>Metodologia jurídica</i>, 7ª ed, México MONEBHURRUN, Nitish - <i>Metodologia jurídica: método para o raciocínio jurídico e a construção de textos jurídicos</i>. ABRÃO, Bernadette Siqueira. <i>História da Filosofia – Os Pensadores</i>. São Paulo: Nova Cultural, 1999. BILLIER, Jean-Cassier e MARYIOLI, Aglaé. <i>História da Filosofia do Direito</i>. Barueri: Manole, 2005. KANT, Immanuel. <i>A Paz perpétua e outros opúsculos</i>. Lisboa: Edições 70, 1992. MARCUSE, Herbert. <i>Razão e Revolução</i>. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. MARX, Karl. <i>A questão Jurídica</i>, Coimbra, 1989. MASCARO, Alysson Leandro. <i>Introdução à Filosofia do Direito</i>, Atlas Editora, São Paulo, 2002. MASCARO, Alysson Leandro. <i>Filosofia do Direito</i>. São Paulo: Atlas, 2009. CÂNDIDO, António. <i>Vários escritos</i>. 1 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1970.</p> <p>Bibliografia Básica: Paulo Ferreira da Cunha; <i>Filosofia do Direito. Fundamentos, Metodologia e Teoria Geral do Direito</i>, Almedina Paulo Ferreira da Cunha; <i>Filosofia Política</i>, Imprensa Nacional-Casa da Moeda Paulo Ferreira da Cunha; <i>Repensar o Direito. Um Manual de Filosofia Jurídica</i>, a ser preparado, Imprensa Nacional-Casa da Moeda NADER, Paulo, <i>Filosofia do Direito</i>, Editora Forense, Lisboa, 2017. CAMPOS, André Santos <i>Glosas Abertas de Filosofia do Direito</i>, Quid Juris, Lisboa, 2013. ROCHA, José Manuel de <i>Sacadura, Fundamentos de Filosofia Do Direito</i>, Editora Forense, 2016 ZIPPELIUS, Reinhold, <i>Filosofia do Direito</i>, Quid Juris, Lisboa, 2010 Benito de Castro. <i>Problemas Básicos de Filosofia del Derecho: desarrollo sistemático</i>. Madrid, Editorial Universitas, 2003. CUNHA, Paulo Ferreira. <i>Lições Preliminares de Filosofia do Direito</i>. 2ª Edição, Almedina, 2002. LUNO, António-Enrique Pérez. <i>Liccionas de Filosofia del Derecho – Pressupostos para uma Filosofia de la experiência</i>. 3ª Edicção Mergablum, Madrid, 2002. STRECK, Lênio Luiz. TRINDADE, André Karam (Org.). <i>Direito e Literatura: da realidade da ficção à ficção da realidade</i>. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2013. MARTINEZ, Soares. <i>Filosofia do Direito</i>. 2ª Edição, Livraria Almedina, 1995. KELSEN, Hans. <i>Teoria Pura do Direito</i>. 6ª Ed. Coimbra Tradução Portuguesa, 1984. Kelsen, Hans. <i>A Justiça e o Direito Natural</i>. 2ª Ed. Coimbra, Tradução Portuguesa, 1979. JUNQUEIRA, Eliane Botelho; <i>Literatura e Direito: Uma outra leitura do mundo das leis</i>. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998. Radbruch, Gustav. <i>Filosofia do Direito</i>. 6ª Edição, Coimbra Editora, 1997. SIQUEIRA, Ada Bogliolo Piancastelli. <i>Notas sobre direito e literatura: o absurdo do direito em Albert Camus</i>. Disponível em: < http://funjab.ufsc.br/wp/wp-</p>
---	---

	TEIXEIRA, António Braz. Filosofia do Direito. Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1987/8. Content/uploads/2012/02/Notas_sobre_direito_V_IV_texto1.pdf>. Acesso em: 22 setembro 2014.
--	--

44. DIREITO DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES

Nome da disciplina	DIREITO DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	A disciplina visa dotar os estudantes de conhecimentos especializados no enquadramento e no tratamento jurídicos das relações jus-familiares, capacitando-os para a selecção adequada e a correcta aplicação dos critérios jus-dogmáticos mais adequados à solução de casos concretos.						
Código	ISCED31-CJURCFE021	Ano	3	Bloco	2	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	O estudo deste ramo do direito pretende dar uma visão integral do direito familiar partindo da constituição das relações de família até à abertura da sucessão, fazendo ainda alusão a todo o quadro decorrente da morte <i>ab intestado</i> de modo a proteger aquilo que designamos por herdeiros forçados.						
Objectivos Específicos	Aprofundar o conhecimento do Direito Civil na componente dos Direitos da Família; Dar o conhecimento dos principais conceitos sobre constituição da família, a relação entre os membros dela, a extinção dos vínculos que se estabelecem dentro dela e os possíveis problemas jurídicos no seio da mesma, assim como os respectivos meios de resolução dos conflitos familiares; Conhecer as relações jurídico-sucessórias; Familiarizar os alunos com o Código Civil em vigor na parte específica do Direito da Família e com outra legislação a ela conexas.						
Resultados Esperados	Espera-se que o estudante: Conheça as modalidades de casamento existentes na Lei de família Moçambicana; Aprofunde as questões relativas à união de facto como instituto jurídico que levanta problema de interpretação; Identifique os elementos na classe dos sucessíveis; Compreenda o testamento e seus requisitos.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Noção e objecto do Direito da Família.	1	4	2	2			2	10	11
Evolução histórica do Direito da Família.	1	4	2	4			2	12	13
Princípios constitucionais do Direito da Família.	1	4	2	4			2	12	13
Fontes do Direito da Família.	1	4	4	5			2	15	16
Caracteres do Direito da Família (e dos direitos familiares).	1	2	2	5			2	11	12
Constituição da relação matrimonial: o casamento como acto e Os efeitos do casamento.	1	2	3	4			2	11	12
A modificação da relação matrimonial.	1	2	4	5			2	13	14
O estabelecimento da filiação: a maternidade e a paternidade. Efeitos da filiação. O nome. Os direitos e deveres recíprocos. O poder paternal.	1	2	2	3			2	9	10
DIREITO DAS SUCESSÕES Noção e justificação do fenómeno sucessório. Conceito de sucessão. A sucessão em vida e a sucessão por morte. A sucessão como aquisição derivada translativa. Referência à partilha Espécies de sucessão “mortis causa”.	1	2	3	4			2	11	12

A morte como pressuposto da sucessão. A comoriência e a morte presumida. A abertura da sucessão. Conceito, momento e lugar. A vocação sucessória. Conceito.	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendada CORTE-REAL, Carlos Pamplona. <i>Apontamentos de Direito da Família e das Sucessões</i>. 2009 CAMPOS, Diogo Leite. <i>Apontamentos de Direito da Família</i>. 2009 PEZZIN, Norah Von Biveniczko. <i>Direito das Sucessões</i>. 2013 GONÇALVES, Carlos Roberto. <i>Direito das Sucessões</i>. Editora Saraiva. 2012 COELHO, Fábio Ulhoa. <i>Curso de Direito Civil- Família e Sucessões</i>. Editora Saraiva. 2012</p> <p>Bibliografia Básica: AMARAL, Jorge Augusto Pais de, <i>Direito da Família e das Sucessões</i>, Almedina, Coimbra, 2018. A ASCENSÃO, José de Oliveira (1981) - <i>Direito Civil - SUCESSÕES</i>, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra; BUDO, José Ibraimo, <i>Direito da Família</i>, 1ª Edição, Maputo.2010 ALMEIDA RAMIÃO, Tomé de (2005) - <i>Organização Tutelar de Menores</i>, 4ª Edição, Quid Juris, Lisboa PIMENTA, Costa (1986) – <i>Filiação</i>, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra FERNANDES, Luís A. Carvalho (2004) - <i>Lições de Direito das Sucessões</i>, 2ª Edição, Quid Juris GONÇALVES DE PROENÇA, José João (2004) - <i>Direito da Família</i>, 3ª Edição, Universidade Lusíada, Lisboa OLIVEIRA, Guilherme de (2001) - <i>Estabelecimento da Filiação</i>, Almedina, Coimbra PEREIRA COELHO E OLIVEIRA, Guilherme (2005) - <i>Curso de Direito da Família</i>, 3ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra PROENÇA, José João Gonçalves (2005) - <i>Direito das Sucessões</i>, 2ª Edição, Quid Juris LEITE DE CAMPOS, Diogo (1990) - <i>Lições de Direito da Família e das Sucessões</i>, 1ª Edição, Livraria Almedina; PINHEIRO, Jorge Duarte, <i>Direito da Família e das Sucessões - Volume I, II, III, IV, AAFDL</i>, Lisboa, 2007 PEREIRA COELHO E OLIVEIRA, Guilherme (2005) - <i>Curso de Direito da Família</i>, 3ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra; PROENÇA, José João Gonçalves (2005) - <i>Direito das Sucessões</i>, 2ª Edição, Quid-Juris. SARMENTO, Luís Filipe e AMARAL, Aires José Mota do, <i>Direito das Sucessões</i>, 2ª Edição revista e aumentada, Livraria Universitária, UEM, Maputo, 1997</p> <p>Legislação: Constituição da República de Moçambique. In: Boletim da República, 2004. Lei 10/2004 de 25 de Agosto</p>
--	--

45. Direito Comparado

Nome da disciplina	DIREITO COMPARADO						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	A disciplina de Direito Comparado tem em vista conferir aos alunos proporcionar aos alunos um quadro dos principais sistemas jurídicos existentes na actualidade, com destaque para os das famílias jurídicas romano-germânica e de Common Law, com os quais terão de contactar, em muitos casos, nas suas vidas profissionais do direito, e analisar as diferentes formas de interação entre esses sistemas, em particular as que resultam dos movimentos de harmonização e unificação de legislações associados à integração económica internacional.						
Código	ISCED31-CNATFG001	Ano	3	Bloco	3	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Esperamos que de um modo geral os estudantes conheçam os principais sistemas jurídicos contemporâneo, suas características principais, o modo de interacção e que consigam identificar em qual ou qual deles Moçambique faz parte.						
Objectivos Específicos	Conhecer alguns os principais sistemas jurídicos; Identificar o sistema jurídico no qual Moçambique se integra; Saber distinguir as famílias jurídicas; Conhecer os pontos de conexão entre os vários sistemas de direito contemporâneo						
Resultados Esperados	Espera-se que o estudante seja capaz de: Reconhecer e definir, as famílias e sistemas jurídicos vigentes no globo; Compreender as inter-relações entre as várias famílias do direito; Actuar em grupos interdisciplinares, desenvolvendo ao mesmo tempo a autonomia e o espírito de trabalho em equipa, proporcionando um aprendizado contínuo, compartilhado e abrangente por toda a organização e/ou projeto.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Os sistemas jurídicos em geral	1	5	2	5			1	13	14
A família jurídica romano-germânica	1	5	2	5			2	14	15
A família jurídica de common law	2	10	2	10			2	24	26
A família jurídica muçulmana	2	10	3	5			2	20	22

A família jurídica hindu e o direito chinês	2	10	2	5			1	18	20
Os sistemas jurídicos africanos	1	5	2	5			1	13	14
Síntese Comparativa	1	5	2	5			1	13	14
Total	10	50	15	40			10	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia</p> <p>ABDALATI, Hammudah, (1980), <i>Profeta Muhammad e os Conceitos Básicos do Islão</i>, s/e. Lisboa</p> <p>ALMEIDA, Carlos Ferreira de, (1998) <i>Introdução ao Direito Comparado</i>, 2.ª ed., Coimbra, Almedina.</p> <p>BARATA, José Fernando Nunes, (1987) “A África e o Direito”, in Revista da Ordem dos Advogados, III.</p> <p>BROWN, Nathan J., <i>Egypt and Islamic Sharia: A Guide for the Perplexed</i>, Carnegie Endowment for International Peace.</p> <p>CARVALHO, Jorge Morais e ALMEIDA, Carlos Ferreira de, <i>Introdução ao Direito Comparado</i>, 3ª Edição, 2013.</p> <p>FERNANDES, António José, <i>Direito Político-Constitucional Comparado</i>, Chiado Editora, Lisboa, 2016.</p> <p>Marshall J. Breger e Dário Moura Vicente <i>Direito Comparado - Perspectivas Luso-Americanas Vol. II</i>, Almedina, 2010.</p> <p>MACHADO, J. Baptista, <i>Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador</i>, Coimbra, Almedina, 1997.</p> <p>MALIK, Maleiha, “<i>Muslim legal norms and the integration of European Muslims</i>”, in EUI Working Papers, RSCAS 2009/29, 2009;</p> <p>MIRANDA, Jorge, e MEDEIROS, Rui, (2010), <i>Constituição Portuguesa Anotada</i>, I, 2.ªed., Coimbra, WoltersKluwer e Coimbra Editora, 2010;</p> <p>QUEIROZ, Cristina, <i>Novos Estudos de Direito Público Comparado, Filosofia do Direito e Relações Internacionais</i>, Tomo I, Petrony Editora, 2018;</p> <p>Vicente, Dário Moura –<i>Direito Comparado</i>, Coimbra, Almedina, vol. I, <i>Introdução. Sistemas jurídicos em geral</i>, 4.ª ed., 2018; vol. II, <i>Obrigações</i>, 2017;</p>
--	--

46. Contencioso Administrativo e Tributário

Nome da disciplina		CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO						
Tipo de disciplina		Específica						
Descrição geral da disciplina		Nesta unidade curricular estarão sob atenta observação e estudo o âmbito da jurisdição administrativa e fiscal, a organização e funcionamento dos tribunais administrativos e fiscais e o respectivo ordenamento processual. Especial atenção merecerá o estudo dos meios jurisdicionais, com todo o cotejo de novas questões relativamente ao objecto do processo administrativo e à legitimidade. Numa justiça marcada pelo princípio da tutela judicial efectiva e plena, será de enorme relevância perceber o papel do juiz e da prova, nomeadamente nos processos cautelares.						
Código	ISCED32-CJURCFE022	Ano	2	Bloco	1	Créditos	5	
Disciplinas precedentes		-						
Objectivos Gerais		Ao terminar o estudo deste módulo de Contencioso Administrativo e Tributário deverá ser capaz de saber: o âmbito da jurisdição administrativa e fiscal, a organização e funcionamento dos tribunais administrativos e fiscais e o respectivo ordenamento processual; o estudo dos meios jurisdicionais, com todo o cotejo de novas questões relativamente ao objecto do processo administrativo e à legitimidade. Também será do teu interesse saber os principais princípios que norteiam o Contencioso Administrativo e Tributário numa justiça marcada pelo princípio da tutela judicial efectiva e plena.						
Objectivos Específicos		Conhecer o Conceito e o Objecto do Contencioso Administrativo e Tributário; Conhecer a função do Contencioso Administrativo; Saber a origem e evolução; Fontes do Contencioso Administrativo;						
Resultados Esperados		Espera – se que o Aluno: Conheça os princípios que norteiam o contencioso; Conheça a organização e funcionamento dos tribunais Administrativos e Fiscais; Conhecer as competências dos tribunais administrativos e fiscais; Conhecer e dominar a marcha processual; Conhecer as formas dos processos e espécies de acções;						
Metodologias de ensino e aprendizagem		Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação		<p>Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final.</p> <p>Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.</p>						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO: O contencioso administrativo à luz	1	4	2	2			2	10	11

do Estado de direito. Sua função específica.									
Parte Geral: Noções fundamentais, partes, competência, actos processuais, valor da causa	1	4	2	4			2	12	13
Formas de processo. Acção administrativa.	1	4	2	4			2	12	13
O recurso Contencioso: objecto, acto impugnável, legitimidade, instância.	1	4	4	5			2	15	16
Condenação à prática do acto devido; Impugnação de normas; Marcha do processo;	1	2	2	5			2	11	12
Saneamento; instrução e alegações;	1	2	3	4			2	11	12
Julgamento. Processos urgentes.	1	2	4	5			2	13	14
Processos cautelares; Conflitos de jurisdição. Recursos jurisdicionais. Processo executivo.	1	2	2	3			2	9	10
CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO Introdução: princípios e conceitos fundamentais O procedimento tributário: noções básicas e suas fases	1	2	3	4			2	11	12
O processo tributário e a organização judicial fiscal; Os meios jurisdicionais . Resolução alternativa de litígios	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas

Bibliografia Recomendada:

[CISTAC, Gilles, HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO CONTENCIOSO MOÇAMBICANO](#), 2004
[LOPES, J. E. Gonçalves. O TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO E A IV REVISÃO CONSTITUCIONAL](#). 1997
[Formadores, Coordenadores do CFOJ. JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA E DO TRABALHO](#). 2007
[CLARO, João Martins; DE ANDRADE, Ana Robin. Manual de Técnicas de Contencioso Administrativo](#). 2005
[CISTAC, Gilles. HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO CONTENCIOSO MOÇAMBICANO](#). 2004

Bibliografia Básica:

AMARAL, Diogo Freitas do. *Direito Administrativo*. Vol. IV. Lisboa. 1988.
AMARAL, Diogo Freitas. *Curso de Direito Administrativo*. Vol. II. 5ª Reimpressão. Almedina. 2001.
SILVA, André Festas da, *Princípios Estruturantes do Contencioso Tributário*, Dislivro, 2008
COLAÇO ANTUNES / SÁINZ MORENO; Colóquio Luso-Espanhol «O Acto no Contencioso Administrativo – Tradição e Reforma» (Coord. e Autor), Coimbra, 2005.
CAETANO, Marcelo. *Manual de Direito Administrativo*. Vol. II. Almedina. Coimbra. 1991.
CISTAC, Gilles. *O Direito Administrativo em Moçambique*. Workshop on administrative law. Hotel Cardoso, Mozambique. April 2009.
NETO, Serena Cabrita, TRINDADE, Carla Castelo, *Contencioso Tributário I e II- Procedimento, Princípios e Garantias*, Almedina, 2017
Reis, MARGARIDA, Flora, CRISTINA, *Recursos no Contencioso Tributário*, Qui Juris, 2015
SILVA, Suzana Tavares da, *Algumas Notas Sobre os Desafios do Contencioso Tributário na Actualidade*, Almedina, 2016.
SILVA, Vasco Manuel Pascoal Pereira da, *Para um Contencioso Administrativo dos Particulares*, Coimbra Editora, 2002
AMARAL, Diogo Freitas do; [A execução das sentenças dos tribunais administrativos](#).
SILVA, Vasco Pereira da; *O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise*, Coimbra, 2005
Antunes Luís Filipe Colaço; [O direito administrativo e a sua justiça no início do século XXI](#).
Almeida Mário Aroso de; [O novo regime do processo nos tribunais administrativos](#).
COLAÇO ANTUNES ; “Interesse público, proporcionalidade e mérito: relevância e autonomia processual do princípio da proporcionalidade”, in *Obras de Homenagem à Senhora Prof.ª Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, Coimbra, 2002
VALLES, Edgar, *Contencioso Administrativo*, 3ª Edição, Almedina, 2019
COLAÇO ANTUNES ; “Brevíssimas notas sobre a fixação de uma summa gravaminis no processo administrativo”, in *Revista da F.D.U.P.*, n.º 1, 2004
COLAÇO ANTUNES ; “O artigo 161.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos: uma complexa simplificação”, in *C.J.A.*, n.º 42, 2004
FREITAS DO AMARAL / AROSO DE ALMEIDA ; *Grandes Linhas da Reforma do Contencioso Administrativo*, Coimbra, 2002
VIEIRA DE ANDRADE ; *A Justiça Administrativa (Lições)*, Coimbra, 2006
Teixeira Glória 1965-; [Manual de direito fiscal](#). ISBN: 978-972-40-4155-1.
SILVA, Vasco Pereira da. *Para um Contencioso Administrativo dos Particulares. esboço de uma Teoria Subjectivista do Recurso de Anulação*. Coimbra: Almedina. 1989.
SOUSA, Marcelo Rebelo de. *Lições de Direito Administrativo*. Vol. I. Lisboa. 1995.

47. Direito Processual Penal

Nome da disciplina	DIREITO PROCESSUAL PENAL						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Despertar no académico uma visão crítica do processo penal, em estreita relação com o Direito Penal enquanto disciplina substantiva. Relacionar o Direito Processual penal com a Constituição, buscando a conformidade constitucional da legislação processual em vigor.						
Código	ISCED32-CJURCFE023	Ano	3	Bloco	4	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objetivos Gerais	Introduzir o aluno no estudo do Direito Processual Penal, proporcionando-lhe uma visão geral e histórica sobre a disciplina e uma base consistente relacionada ao estudo dos princípios e dos sistemas de processo.						
Objetivos Específicos	Conhecer as formas do processo penal; Conhecer os sujeitos processuais; Conhecer a tramitação processual; Conhecer os regimes de recurso						
Resultados Esperados	Espera-se que o estudante: Tenha uma preparação inicial sólida para o desempenho das múltiplas funções de um jurista no processo penal: Defensor, advogado de assistente ou de testemunha, juiz, Magistrado do Ministério Público, autoridade ou órgão criminal.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
FONTES DO PROCESSO PENAL	1	4	5	4			2	15	16
FORMAS DO PROCESSO	2	4	2	4			2	12	14
INSTRUÇÃO CRIMINAL	1	4	4	4			2	14	15
PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA	1	4	4	5			2	15	16
MEDIDAS DE COAÇÃO PATRIMONIAL	1	4	3	5			2	14	15

O JULGAMENTO	1	2	4	4			2	12	13
PROCESSOS ESPECIAIS	1	2	4	5			2	13	14
SENTENÇA PENAL	1	2	2	3			2	9	10
RECURSOS	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	31	38			18	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendada: GONÇALVES, Manuel Lopes Maia (2013) - <i>Direito Processual Penal</i>. BRASILEIRO, Renato; PACELLI, Euqênio (2012) - <i>Caderno de Processo Penal</i>. TAVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues (2016) - <i>Curso de Direito Processual Penal</i>. Jus Podvm. Processo, Penal (2017) - <i>Apontamentos de Processo Penal</i> ANDRADE, Manuel Costa (1992) - <i>Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal</i>, 1ª Edição, Almedina, Coimbra BARREIROS, José A. (1997) - <i>Sistema e Estrutura do Processo Penal</i>, Vol. II, 1ª Edição, Edição do Autor, Lisboa. Eduardo Correia, A instrução preparatória em Processo Penal (alguns problemas), in “Boletim do Ministério da Justiça”, nº 42, págs. 5 e segts.</p> <p>Bibliografia Básica: RAMOS, V. Grandão, <i>Direito Processual Penal - Noções Fundamentais</i>, 2ª Edição BELEZA, Teresa Pizarro; S/D - <i>Apontamentos de Direito Processual Penal</i>, Edição policopiada, AAFDL, Lisboa José Caldeira Messias Bento, O arguido e o suspeito na instrução penal, in “Scientia Jurídica”, Tomo XXII, nºs 124/125, 1973.</p> <p>José Osório, Instrução contraditória: conceito e função, in “Boletim do Ministério da Justiça”, nº 1, págs. 9 e segts. CUNA, Ribeiro José, <i>Lições de Direito Processual penal</i>, Escolar Editora, Maputo, 2014 SILVA, Germano Marques (2001) - <i>Direito Processual Penal</i>, Verbo, Lisboa Rui da FONSECA e CASTRO, <i>Processo Penal - Medidas de Coacção e de Garantia Patrimonial</i>, Quid Juris, 2013. Segredo de justiça: sua natureza e extensão (Parecer da Procuradoria-Geral da República nº 133/76, de 6 de Janeiro de 1977, in “Boletim do Ministério da Justiça”, nº 273, págs. 56 e segts. SILVA, Germano Marques da, <i>Curso de Processo Penal Vol 1</i>, Verbo, 2010. SILVA, Germano Marques da, <i>Curso de Processo Penal Vol 2</i>, Verbo, 2011. ANTUNES, Maria João, <i>Direito Processual Penal</i>, 2ª Edição, Almedina, 2018. MENDES, Paulo de Sousa, <i>Lições de Direito Processual Penal</i>, Almedina,</p>
--	--

48. Processo Executivo E Dos Recursos

16	Nome da disciplina	PROCESSO EXECUTIVO E DOS RECURSOS					
Tipo de disciplina		Especifica					
Descrição geral da disciplina		No final do modulo os estudantes devem conhecer os títulos executivos e das respectivas formas do processos executivos.					
Código	ISCED22-CJURFE014	Ano	3	Bloco	4	Créditos	5
Disciplinas precedentes		-					
Objectivos Gerais		Ministrar aos alunos a disciplina jurídica da acção executiva e da "fase" recursória da acção declarativa. Lograr uma primeira aproximação à prática processual civil.					
Objectivos Específicos		Conhecer os pressupostos básicos do processo executivo; Descrever o iter da tramitação de uma acção executiva, Conhecer os tipos de recursos no processo civil.					
Resultados Esperados		Ter um domínio do processo Executivo					
Metodologias de ensino e aprendizagem		Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e "role play" individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.					
Técnicas e instrumentos de avaliação		Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .					

Tema	Horas de Contacto	Estudo autónomo						TEA	Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)		
Noções gerais sobre a acção executiva	2	5	4	5			2	21	23
Pressupostos processuais	2	7	3	3			2	18	20
Questões prévias à tramitação da acção executiva	1	8	2	4			1	19	20
O Formalismo da execução comum para pagamento de quantia certa	2	5	4	5			2	21	23
A execução para entrega de coisa certa	1	7	2	4			2	19	20
A execução para prestação de facto	2	5	4	5			1	20	22

Dos recursos: Ordinários e extraordinários	2	5	3	5		2	20	22
Total	10	42	22	31		12	138	150

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>PINTO, Rui (2011) - Execução civil de dívidas de cônjuges. Novas reflexões sobre um velho problema.</p> <p>ABELHA, Marcelo (2015) - Manual de Execução Civil, 5a Edição, Forense, Rio de Janeiro.</p> <p>Apontamentos - Algumas Notas sobre os Embargos de Terceiro no Ordenamento Jurídico Português;</p> <p>ANTUNES VARELA, João de Matos “Manual de Processo Civil” (máxime pp. 73 a 96) 2.a edição (Coimbra Editora, Lda., 1985).</p> <p>CASTRO MENDES, João de “Direito Processual Civil”, 3º vol., (Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1986).</p> <p>GONÇALVES Marco Carvalho, Lições de Processo Civil Executivo, Almedina, Coimbra, 2019</p>
--	--

49. Direito Processual Civil –Declarativo

Nome da disciplina	DIREITO PROCESSUAL CIVIL -DECLARATIVO							
Tipo de disciplina	Específica							
Descrição geral da disciplina	Familiarizar os alunos com a dinâmica processual civil, fazendo-os compreender a tramitação da acção declarativa comum na forma ordinária. Aprofundar os conceitos da ciência jurídica processual civil, já referidos em sede de Teoria Geral do Direito Civil.							
Código	ISCED32-CJURCFE024	Ano	2	Bloco	3	Créditos	5	
Disciplinas precedentes	-							
Objectivos Gerais	O estudo deste módulo de Direito Processual Civil - Saber distinguir uma acção declarativa da executiva, conhecer as diversas espécies da acção declarativa, conhecer e dominar as diversas fases do processo civil declarativo ordinário, conhecer a composição e o funcionamento dos tribunais, Conhecer as diversas espécies de recurso.							
Objectivos Específicos	Saber distinguir uma acção declarativa da executiva; Conhecer as diversas espécies da acção declarativa; Saber distinguir uma acção ordinária da sumária; Conhecer as diversas fases do processo civil declarativo ordinário; Conhecer e dominar a sequência das fases do processo civil declarativo ordinário; Conhecer o regime jurídico dos articulados e supervenientes;							
Resultados Esperados	Espera-se que o estudante: Tenha domínio da marcha processual; Identifique os principais processos declarativos existentes no ordenamento jurídico Moçambicano; Consiga em cada caso aliar o processo tipificado; Aprofunde a legislação pertinente à disciplina; Consiga elaborar uma petição e contestação no final do semestre.							

Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução e Princípios	2	5	2	2			2	11	13
Organização do sistema judicial moçambicano	1	6	2	4			2	14	15
Providências Cautelares	1	5	3	5			2	15	16
Dos articulados	1	5	4	5			2	16	17
Do saneamento e condensação do processo	1	6	2	5			2	15	16
Instrução, discussão e julgamento	2	5	3	4			2	14	16
Sentença	1	6	4	5			2	17	18
Recursos	1	5	2	4			2	13	14
Total	10	43	22	34	0	0	16	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendada: PENHA, Rui, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, 2012 GAGLIANO, Pablo Stolze; Filho, Rodolfo Pamplona (2017) - <i>Manual de Processo Civil</i>, Saraiva editora, São Paulo. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel (2016) - <i>Curso de Processo Civil, 1a Edição</i>, São Paulo. CORREIA, Jonas Ricardo; RICALDE, Mario do Carmo; VERAS, Ney Alves (2016) - <i>A Prática do Novo Código de Processo Civil, Vol. I, 3a Edição</i>, São Paulo.</p> <p>José Lebre de Freitas, <i>A Acção Declarativa Comum</i>, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2011. José Lebre de Freitas e outros, <i>Código de Processo Civil Anotado – Volume 1.º</i>, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2008.</p> <p>Bibliografia Básica: José Lebre de Freitas e outros, <i>Código de Processo Civil Anotado – Volume 2.º</i>, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2008. José Lebre de Freitas e outros, <i>Código de Processo Civil anotado – Volume 3.º</i>---</p>
--	--

	<p>Tomo I, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2008 .</p> <p>Mariana França Gouveia, A Causa de Pedir na Acção Declarativa, Almedina, 2004</p> <p>Miguel Teixeira de Sousa, Estudos sobre o Novo Processo Civil, Lisboa, Lex, 1997..</p> <p>Armando Ribeiro Mendes, Recursos em Processo Civil, Coimbra Editora, 2009.</p> <p>Dário Moura Vicente, Competência Judiciária e Reconhecimento de Decisões Estrangeiras no Regulamento (CE) n.º 44/2001, in Scientia Iuridica, T. LI, 2002, n.º 293, p. 347---379 .</p> <p>António Neves Ribeiro, Processo Civil da União Europeia – 1º Volume, Coimbra Editora, 2002.</p>
--	--

50. Direito da Propriedade Intelectual

Nome da disciplina	DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina							
Código	ISCED32-CJURCFE025	Ano	3	Bloco	4	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	O presente modulo de Direito de Propriedade Intelectual, esta direccionados aos estudantes do curso de Direito, e no final do modulo, o estudante deve ser capaz de um modo geral de conhecer a evolução Histórica deste jovem ramo do Direito, no âmbito nacional e internacional, a vertente tripartida da propriedade intelectual, seja Direito Autoral, Propriedade Industrial, as patentes, os desenhos e nomes industrias, as marcas.						
Objectivos Específicos	Identificar os institutos jurídicos referentes a propriedade intelectual; Diferenciar entre Propriedade Industrial e Propriedade Intelectual; Analisar questões referentes a contratos; Distinguir seus direitos patrimoniais e morais sobre sua obra; Comparar as legislações nacionais e estrangeiras sobre Propriedade Intelectual; Escolher a melhor forma de proteger juridicamente sua criação; Criticar a legislação e decisões judiciais sobre propriedade intelectual						
Resultados Esperados	Espera-se que o estudante: Saiba identificar e formular, a partir dos casos concretos, os específicos problemas jurídico-penais suscitados; Saiba encontrar, interpretar e utilizar na resolução dos casos concretos o quadro de princípios e normas relevantes.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	<p>Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final.</p> <p>Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.</p>						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Direito de Autor e da Sociedade da Informação	1	4	5	4			2	15	16
Fundamentos dos Direitos Intelectuais.	2	4	2	4			2	12	14
Sistema internacional de propriedade intelectual: atores, instituições e tratados.	1	4	4	4			2	14	15
Direitos autorais: fundamentos; Cessão e licenças, incluindo licenciamento livre;	1	4	4	5			2	15	16
Limitações e exceções; Gestão coletiva; Acesso ao conhecimento.	1	4	3	5			2	14	15
Patentes: fundamentos e base normativa; Flexibilidade e nulidade;	1	2	4	4			2	12	13
Procedimentos para a concessão de patentes; Acesso a medicamentos.	1	2	4	5			2	13	14
Marcas: conceitos e procedimentos para a proteção. Nomes de domínio.	1	2	2	3			2	9	10
Meios de tutela	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	31	38			18	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendada</p> <p>AGNIESZKA MACHNICKA - _Protection of Trademarks with reputation in a Comparative Perspective - One aspect of the European Integration and a Safeguard of the National Identities_, European University Institute, Florence, September 2008.</p> <p>ALEXANDER TSOUTSANIS - _Trade Mark Registrations in Bad Faith_, Oxford, 2010.</p> <p>ÁNGEL MARTINEZ GUTIÉRREZ - _La Marca Engañosa_, Civitas, 2002.</p> <p>BARBOSA, Pedro Marcos Nunes, Direito Civil da Propriedade Intelectual, Lumen júris, 2016.</p> <p>CARLOS M. CORREA - _Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights_, Oxford, 2007.</p> <p>CARLOS M. CORREA & ABDULQAWI A. _YUSUF_ - Intellectual Property and International Trade The Trips Agreement_, Wolters</p>
--	---

Kluwer, 2008

CLARA RUIPÉREZ DE AZCÁRATE - *_El Carácter Distintivo de las Marcas_*, Colección Scientia Iuridica, 2008.

DANIEL ESPINA - *_La marca Notoria No Registrada_*, Tirant Lo Blanch, 2005.

ELENA DE LA FUENTE GARCÍA - *_El Uso de la Marca y sus Efectos Jurídicos_*, Marcial Pons, 1999

FIDALGO, Vítor Palmela, *As Licenças Compulsórias de Direitos de Propriedade Industrial*, Almedina, 2016.

MARIE-CHRISTINE JANSSENS - *_Protection de la Marque et Liberté d'Expression. À la Recherche d'un équilibre Délicat, in La Protection des marques sur internet_*, Bruylant, 2007

MARIO SOL MUNTAÑOLA - *_El Régimen Jurídico de la Parodia_*, Marcial Pons, 2005.

MARQUES, J. P. Remédio, - *Direito de Autor. Direito de Patente e Modelo de Utilidade Biotecnologia (s) e Propriedade Intelectual. Desenhos ou Modelos Volume I e II*, Almedina, 2007.

MURRULE, Télió, *Direito da Propriedade Intelectual*. W Editora, 2017.

PALIDO, Fabricio Bertini Pasquot, *Direito Internacional Da Propriedade Intelectual. Fundamentos, Princípios E Desafios*, Renovar, 2013.

PEREIRA, Alexandre Dias, *Direito da Propriedade Intelectual & Novas Tecnologias - Estudos Vol. I*, Almedina, 2019.

PEREIRA, Alexandre Dias, *Direito da Propriedade Intelectual & Novas Tecnologias - Estudos Vol. I*, Almedina, 2010.

PEREIRA, Alexandre Dias, *Propriedade Intelectual, I - Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos*, Almedina, 2002.

PHILIPPE LE TOURNEAU - *_Le Parasitisme_*, Litec, 1998.

RITA LARGO GIL - *_Las Marcas Colectivas y Las Marcas de Garantia_*, Thomson Civitas, 2006

STEFANO SANDRI e SERGIO RIZZO - *_Non-Conventional Trade Marks and Community Law*, Marques, 2003.

VANZETTI ADRIANO e VINCENZO DI CATALDO - *_Manuale di Diritto Industriale_*, sesta edizione, Giuffrè Editore, 2009.

WOLFGANG SAKULIN - *_Trademark Protection and Freedom of Expression, An inquiry into the Conflict between Trademark Rights and Freedom of expression under European Law_*, Wolters Kluwer, 2011.

51. Direito Penal Especial

Nome da disciplina	DIREITO PENAL ESPECIAL						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Conhecer e aplicar todo o conjunto delitos da parte especial do código penal Vigente e demais legislações Avulsas vigentes no ordenamento jurídico Moçambicano;						
Código	ISCED32-CJURCFE026	Ano	3	Bloco	3	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Compreender detalhadamente os mecanismos de tutela de interesses individuais da parte especial do Direito Penal; Conhecer com o aplicar o conjunto normativo processual penal; Apresentar postura crítica diante das informações geradas, tendo em vista os estudos de Criminologia, os quais viabilizarão uma crítica não só à dogmática, mas também à forma de actuação do próprio sistema penal.						
Objectivos Específicos	Conhecer as especificidades dos diversos delitos da parte especial do CP; Diferenciar os elementos constitutivos dos delitos; Apresentar as diferentes qualidades de sujeitos activos e passivos dos delitos.						
Resultados Esperados	Espera-se que o estudante: Saiba controlar as mutações e a sua correspondência legal, tendo em conta que o termo criminal tem uma relação mais intensa com o crime, ao passo que o termo penal, tem a ver com “pena”. Daí sua intimidade com a questão da sanção, da pena, da consequência do crime.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Considerações introdutórias ao estudo da “Parte Especial” do Código Penal	2	5	2	2			2	11	13
Apreensão e estudo sistemáticos dos grandes núcleos de valoração	1	6	2	4			2	14	15

definidores da "Parte Especial"									
Crimes contra as pessoas	1	5	3	5			2	15	16
Crimes contra a liberdade sexual.	1	5	4	5			2	16	17
Crimes Contra a administração da justiça.	1	6	2	5			2	15	16
Crimes Contra o património	2	5	3	4			2	14	16
Crimes Contra o ambiente	1	6	4	5			2	17	18
Crimes Contra a administração pública	1	5	2	4			2	13	14
Total	10	43	22	34	0	0	16	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendada</p> <p>DA SILVA, Germano Marques (2012) - Direito Penal Português, Lisboa</p> <p>DE JESUS, DAMASIO (2010) - Crimes de Transito, 8a edição, Saraiva, São Paulo.</p> <p>CAPEZ, Fernando (2012) - Curso de Direito Penal: Parte Especial, 12a edição, Saraiva, São Paulo.</p> <p>CAPEZ, Fernando (2012) - <i>Direito Penal Simplificado: Parte Especial, saraiva, São paulo.</i></p> <p>Rodrigues, Cristiano (2012) - Direito Penal: Parte Especial II, saraiva, São paulo</p> <p>CABETTE, Eduardo Luiz Santos (2012) - Direito Penal: Parte Especial I, saraiva, são Paulo</p> <p>SUMARIVA, Paulo (2012) - <i>Direito Penal: Parte Especial III, saraiva, São paulo.</i></p> <p>EDUARDO, Victor; GONÇALVES, RIOS (2012) - Direito Penal Esquemático: Parte Especial, 2a edição, saraiva, São Paulo</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANDRADE, Manuel da Costa (1990) – <i>Consentimento e Acordo em Direito Penal</i>, S/ Ed., Coimbra. Direito Penal Vol 3</p> <p>MANSO, Luís Duarte, Casos Práticos Resolvidos - 2ª Edição Revista e Aumentada, Quid Juris, 2009.</p> <p>COSTA, José de Faria, Direito Penal Especial (Contributo a uma sistematização dos problemas "especiais" da Parte Especial), Coimbra Editora, 2004.</p> <p>CAPEZ, Fernando (2011), Curso de Direito Penal- Parte Especial 2. 12ª Ed, São Paulo, Saraiva Editora.</p> <p>DA MATTA, Caeiro (1911), Direito Criminal Português; II Vol, Coimbra, F. Franfa Amado Editor.</p> <p>SILVA, Fernando, Direito Penal Especial, Os Crimes Contra as Pessoas - 4ª Edição, Quid júris, 2017.</p> <p>DIAS, Augusto Silva et alii, Colectânea de Jurisprudência - Crimes Contra a Vida e a Integridade Física, AAFDL, 2009.</p> <p>RODRIGUES, Anabela, et. Alii, Direito Penal Económico e Europeu: Textos Doutrinários - Vol. III, Coimbra Editora, 2009.</p> <p>BUSATO, Paulo Cesar, Direito Penal - Parte Especial - Vol. 1 a 3 (eBook), Edição em Português - ePub – 2017</p> <p>GRECO, Rogério, Curso De Direito Penal. Parte Especial – Volumes 1 a 4, Rogério Greco Impetus, 2015.</p> <p>GONÇALVES, Victor Eduardo Rios (2012), Direito Penal Esquemático: Parte Especial, 2ª Ed. São Paulo, Saraiva Editora.</p> <p>FARIA, Maria Paula Ribeiro de, Formas Especiais do Crime, UCE, 2017.</p> <p>GARCIA, M. Miguez, O Direito Penal Passo a Passo Vol 1 e 2, Elementos da Parte Especial, com os Crimes contra as Pessoas, Almedina, 2011.</p> <p>RODRIGUES, Benjamim Silva, Direito Penal – Parte Especial – Tomo I – Direito Penal Informático Digital, 2009.</p>
--	---

	RODRIGUES, Cristiano (2012), Direito Penal: Parte Especial II, São Paulo, Saraiva Editora. SUMARIVA, Paulo (2012), Direito Penal – Parte Especial III, vol 8, São Paulo, Saraiva Editora.
--	--

52. Direito Dos Registos e Notariado

Nome da disciplina	DIREITO DOS REGISTOS E NOTARIADO						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Visa dar a conhecer aos alunos as normas legais que regulam a prática notarial e dos registos Cíveis, fornecendo-lhes uma visão ampla sobre a actividade desenvolvida Nos cartórios e Nos registos cíveis no ordenamento jurídico Moçambicano.						
Código	ISCED32-CJURCFE027	Ano	3	Bloco	3	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Dotar os alunos de uma compreensão básica e essencialmente prática da função, fins e regime do direito notarial e do registo. Fornecer aos alunos um quadro geral da actividade desenvolvida pelos cartórios notariais e Conservatórias.						
Objectivos Específicos	Conhecer o funcionamento dos notários e dos Registos Cíveis; conhecer as formas de validade e da invalidade dos diversos actos desenvolvidos em sede dos Notários e conservatórias;						
Resultados Esperados	Espera-se que o estudante: Obtenha as competências que lhe permitam entender os fins e o enquadramento da actividade notarial e registral; Obtenha as competências que lhe permitam desenvolver actividade enquanto funcionário qualificado em sede de um Cartório ou Conservatória; Obtenha as competências que lhe permitam desenvolver actividade enquanto funcionário qualificado na sede de instituições públicas ou privadas que lidem tecnicamente com um Cartório ou Conservatória.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total .						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução: Noção e objecto dos registos; Características e princípios orientadores dos registos de segurança jurídica	1	4	2	2			2	10	11
Forma e valor dos actos de registo; Noção de actos notariais; valor probatório dos instrumentos notariais; Documentos electrónicos e assinatura digital; Fé pública.	1	4	2	4			2	12	13
Notariado: Função Notarial; Livros e maços de documentos; Execução dos actos notariais	1	4	2	4			2	12	13
Formalismos dos actos notariais; Instrumentos avulsos; Termos de autenticação e reconhecimentos	1	4	4	5			2	15	16
Testamentos; Habilitação de herdeiros; Partilha.	1	2	2	5			2	11	12
Desformalização dos actos notariais; Certificados, certidões e documentos análogos; Recusas e recursos	1	2	3	4			2	11	12
Registos: Registo Predial	1	2	4	5			2	13	14
Registo Comercial	1	2	2	3			2	9	10
Registo Automóvel	1	2	3	4			2	11	12
Registo Civil	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

<p>Webgrafia e bibliografia recomendadas</p>	<p>Bibliografia Recomendada: ARAÚJO, A. M. Borges de; Albino Matos; S/D – <i>Prática Notarial</i>, 3ª Edição, Livraria Almedina, Coimbra Sociohabitafunchal. E.E, Sociohabitafunchall E.E, Demonstrações Financeiras Para Consolidação das Contas, 2012 JOSE lecastre, Jose Carlos Felicio; Francisco Baptista, Gestão de Formação, 2013 AUGUSTO, Dornelas, Notícias de economia e finanças: meus comentários, 2013 SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, SISTEMA DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO, 2012 ALMEIDA, Carlos Ferreira de (1966) – <i>Publicidade e Teoria dos Registos</i>, Almedina BRANDELLI, Leonardo. <i>Teoria Geral do Direito Notarial</i>. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 1998.</p> <p>Bibliografia Básica: GUERREIRO, A. Mouteira; SD – <i>Noções de Direito Registral</i>, Coimbra Editora, Coimbra LOPES, J. de Seabra, <i>Direito dos Registos e do Notariado</i>, 10ª Ed. Livraria Almedina, 2019. MALHADO, Maria do Céu, <i>Noções de Registo Criminal - De Registo de Contumazes, de Registo de Medidas Tutelares Educativas e Legislação Anotada</i>, Almedina, 2001 JARDIM Mónica, <i>Escritos de Direito Notarial e Direito Registral</i>, Almedina, 2017 FERREIRINHA, Fernando Neto Manual de Direito Notarial - Teoria e Prática, Almedina, 2019 GUERREIRO, José Mouteira, Temas de Registos e de Notariado, Almedina, 2019 SOTTOMAYOR Maria Clara Pereira de Sousa, <i>Invalidez e Registo, A Protecção do terceiro Adquirente de Boa Fé</i>, Almedina, 2010. GERALDES, Isabel Ferreira Quelhas, <i>Impugnação das Decisões do Conservador nos Registos</i>, Almedina, 2002. CÂMARA, Vítor, <i>Dos Registos, Em Especial o Registo Comercial</i>, Chado Editora, 2016. CENEVIVA, Walter. <i>Lei dos Notários e Registradores Comentada</i>. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002. CENEVIVA, Walter. <i>Lei dos Registros Públicos Comentada</i>. 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002. COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL – Conselho Federal. XXIV Congresso Internacional do Notariado Latino. <i>Conclusões. O Cartório</i>, Belo Horizonte, ano V, n. 47, nov. 2004. COMASSETO, Miriam Saccol. <i>A função notarial como forma de prevenção de litígios</i>. Porto Alegre : Norton Editor, 2002. KOLLET, Ricardo Guimarães. <i>Tabelionato de Notas para Concursos</i>. Porto Alegre : Norton Livreiro, 2003.</p>
---	---

53. Direito Internacional Privado

Nome da disciplina	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Procura-se demonstrar como se se interrelacionam os diversos institutos jurídico-civis diante da presença de elementos de conexão internacional nos seus sujeitos e objecto. Destacamos de todo este elenco a regulamentação dos contratos de comércio internacional pois a própria realidade assim o impõe a Convenção de Roma de 1980 sobre a lei aplicável às obrigações contratuais.						
Código	ISCED41-CJURCFE028	Ano		Bloco	1	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Compreender, analisar e aplicar, com abordagem crítica, os conceitos e conteúdos jurídicos desenvolvidos na área em estudo						
Objectivos Específicos	Espera – se que o estudente conheça o reenvio e a autonomia da vontade em DIP e a validade e a eficácia dos actos jurídicos plurilocalizadas. Saiba analisar as lacunas de DIP e conhecer o direito processual internacional: A competência internacional directa e indirecta.						
Resultados Esperados	No final da unidade curricular o aluno deve: Conhecer a natureza e as fontes do direito internacional; Compreender e analisar a dinâmica de construção normativa da ordem internacional; Identificar diferentes abordagens quanto à aplicabilidade do direito internacional privado na regulação do contencioso internacional;						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
As relações jurídicas privadas internas e privadas internacionais; A génese das relações privadas internacionais e a necessidade da sua regulamentação	1	4	2	2			2	10	11

Breve evolução histórica do direito internacional privado	1	4	2	4			2	12	13
As normas de conflitos: O objecto, a função e o seu sentido de referência. Os interesses a satisfazer pelas normas de conflitos	1	4	2	4			2	12	13
Natureza do direito internacional privado	1	4	4	5			2	15	16
Estrutura das normas de conflito: conceito – quadro e elemento de conexão (classificação)	1	2	2	5			2	11	12
O problema das qualificações: qualificação conceitual, enquadramento normativo, a determinação e a interpretação do direito material objecto de qualificação. O artigo 15 do C.C.. Conflitos de qualificações. A referência da norma de conflitos a um ordenamento plurilegislativo	1	2	3	4			2	11	12
O reenvio. O reenvio e a autonomia da vontade em DIP e a validade e a eficácia dos actos jurídicos plurilocalizadas.	1	2	4	5			2	13	14
O reenvio impróprio	1	2	2	3			2	9	10
As lacunas de DIP	1	2	3	4			2	11	12
O direito processual internacional: A competência internacional directa e indirecta	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas

Bibliografia Recomendada:

ARAÚJO, Nádía de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
ALMEIDA, João Gomes de, O Divórcio em Direito Internacional Privado, Almedina, 2017.
BRITO, Maria Helena, Direito Internacional Privado Sob Influência do Direito Europeu, Almedina, 2017.
[PONTES, Bruno \(1998\) - Apostila OAB Internacional;](#)
[RIBEIRO, Juliana \(2011\) - Direito Internacional Privado I;](#)
[KAO, Tou Chan \(2011\) - Do problema da "fraude à lei" no direito internacional privado;](#)
[BASTOS, Fernando Loureiro, O Direito Internacional na Constituição Moçambicana de 2004](#)
[GUSMÃO, Fundação Alexandre, Manual do Candidato: Noções de Direito e Direito Internacional, 2012](#)

Bibliografia Básica:

BÁSICA AMORIM, Edgar Carlos de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
CHITONGA, Mateus Jaime, *Direito Internacional Privado*, Escolar Editora.
DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
FERRER CORREIA, António de Arruda - Lições de Direito Internacional Privado, 1ª Edição, Coimbra, ALMEDINA, 2000
MACHADO, João Baptista, Lições de DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, 1ª Edição, Coimbra, ALMEDINA, 2009.
MACHADO, João Baptista, *Lições de Direito Internacional Privado*, 3ª edição actualizada, Almedina.2017
Helena MOTA, Os Efeitos Patrimoniais do Casamento em Direito Internacional Privado, 2017.
PINHEIRO, Luís de Lima - Direito internacional privado, 3ª Edição, Coimbra, Almedina, 2014
PROENÇA, José João Gonçalves, Tratado Elementar de Direito Internacional Privado, 2ª Edição, Lisboa. Editora: Universidade Lusíada Editora, 2004.
SANTOS, António Marques dos, Direito Internacional Privado, Almedina, Coimbra 2002.
VICENTE, Dário Moura, Direito Internacional Privado - Ensaios, vols. I a IV, Almedina, Coimbra, 2018.
VILLELA, Álvaro da Costa Machado, *Direito Internacional Privado*, Tratado elementar, Livro I, teórico e prático.

54. Direitos Humanos e Sociedade Internacional

Nome da disciplina	DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE INTERNACIONAL						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Analisar o conceito e as gerações de Direitos Humanos, as características e as funções dos Direitos Humanos e Estudar a forma de protecção dos Direitos Humanos no Sistema Internacional.						
Código	ISCED41-CJURCFE029	Ano	4	Bloco	1	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Fornecer uma leitura da evolução do conceito e das práticas relativas aos direitos humanos; estudar os mecanismos normativos e institucionais internacionais de protecção dos direitos humanos; analisar os direitos humanos de uma perspectiva política e cultural, com enfoque na dimensão crítica.						
Objectivos Específicos	Analisar os Direitos Humanos nos organismos internacionais de defesa do ser humano; Perceber os direitos Humanos como direitos humanos invioláveis e inalienáveis;						
Resultados Esperados	Espera-se que o estudante seja capaz de: Explicar a evolução do conceito de direitos humanos no contexto das mudanças globais contemporâneas; deve demonstrar conhecimento dos mecanismos de protecção de direitos humanos existentes e avaliar de forma crítica a sua aplicabilidade à luz das teorias das relações internacionais; Demonstrar capacidade de leitura, análise e comunicação escrita e oral dessas leituras críticas.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Consideram-se os seguintes tipos de avaliações: Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Conceito	1	4	5	4			2	15	16
Evolução histórica	2	4	2	4			2	12	14
Gerações de Direitos Humanos	1	4	4	4			2	14	15
Fundamentos	1	4	4	5			2	15	16

Fontes	1	4	3	5			2	14	15
Técnicas internacionais de proteção dos direitos humanos	1	2	4	4			2	12	13
Protecção universal	1	2	4	5			2	13	14
Sistemas de recurso na ordem jurídica internacional. Protecção regional	1	2	2	3			2	9	10
Direitos humanos em Moçambique. Legislação e programas.	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	31	38			18	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendadas:</p> <p>FILHO, Napoleão Casado, <i>Direitos Humanos Fundamentais</i>, 2012</p> <p>Neto, J. M. Porto. (2014). Direitos Fundamentais e sua aplicao as Relacoes Privadas.</p> <p>Bobbio, Norberto. (2004). <i>A Era dos Direitos</i>. Rio de Janeiro: Campus.</p> <p>Francisco, Antonio. (2010). Sociedade Civil em Mocambique - Expectativas e Desafios.</p> <p>Kritsch, Raquel. (2011). Elementos da politica e da teoria do Estado em De o espirito das leis de Montesquieu, Revista Academico N 117.</p> <p>Assembleia Geral das Nações Unidas. (1948). <i>DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS</i>. Retrieved September 29, 2015, from http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf.</p> <p>Imprensa Nacional de Moçambique. (2004). <i>Constituição da Republica</i>. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.</p> <p>Imprensa Nacional de Moçambique. (2000). <i>Constituição</i>. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.</p> <p>Bibliografias Complementares:</p> <p>BALDÉ, Aua, <i>O Sistema Africano de Direitos Humanos e a experiência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa</i>, UCE, 2017</p> <p>Bastos, F. L. (1999). <i>Ciência Política - Guia de Estudo</i>. Lisboa: Associação Académica de Lisboa;</p> <p>Caetano, M. (1992), <i>Manual de Ciência Política e Justiça Constitucional</i>, Tomo I. (6ª ed, reimpressão). Coimbra: Almedina</p> <p>FONSECA, Rui Guerra da, <i>Protecção Internacional dos Direitos Humanos</i>, Almedina, 2018</p> <p>Haas, Michael (2008) <i>International Human Rights: a comprehensive introduction</i>. London/New York: Routledge.</p> <p>RODRIGUES, Luís Barbosa, <i>Direito Internacional dos Direitos Humanos</i>, Quid Juris, 2018.</p>
--	--

MARTI, Ana Maria Guerra, *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Almedina, 2017.

MANHIQUE, G. (2009). *A eficácia dos instrumentos internacionais dos Direitos Humanos nos Países em Desenvolvimento: o caso de Moçambique (1990-2004)*. Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo.

MARTINS, C. (2012). *Em defesa do conceito de sociedade*. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 6.

MOCO, M. (2010). *Direitos Humanos e seus Mecanismos de Protecção. As Particularidades do Sistema Africano*. Coimbra: Almedina.

MONTENEGRO, J. (S/D). *Protecção Internacional dos Direitos Humanos: um desafio para o Século xxi – uma leitura acerca da heterogeneidade entre a teoria e a prática*.

PIOVESAN, F. (2001). *Sistema Internacional de Protecção dos Direitos Humanos*. São Paulo. I Colóquio Internacional de Direitos Humanos.

RODRIGUES, David, *Direitos Humanos e Inclusão*,
Barnett, Michael (2011) *Empire of humanity: a history of humanitarianism*. New York: Cornell University Press.
Falk, Richard (2000) *Human Rights Horizons: the pursuit of justice in a globalizing world*. New York/London: Routledge.

Canotilho, J. J. G. (2002) *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. (6ª ed). Coimbra: Almedina;

Canotilho, J. J. G. e VITAL, M. (1991). *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra;

De Moraes; C. B. (2002). *Justiça Constitucional, Tomo I – Garantia da Constituição e Controlo da Constitucionalidade*. Coimbra: Coimbra;

Filho, M. G. F. (2002), *Curso de Justiça Constitucional*, (28ª ed, actualizada). São Paulo: Saraiva;

Gouveia, J. B. (2011). *Manual de Direito Constitucional*, volume II. (4ª Ed. revista e actualizada); Lisboa: Almedina;

Miranda, J. (2000). *Manual de Justiça Constitucional*, Tomo II, a Constituição. (4ªed). Coimbra: Coimbra;

55. Direito Bancário e dos Seguros

Nome da disciplina	DIREITO BANCÁRIO E DOS SEGUROS						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Módulo de Direito Bancário e dos Seguros permite compreender a autonomia do Direito Bancário e sistema financeiro e os organismos de investimento coletivo; Diferenciar os meios de titularização de créditos; Conhecer o modo de funcionamento dos mercados financeiros; Reconhecer e caracterizar os diversos contratos bancários; Compreender, analisar e diferenciar os diversos os tipos de contratos de seguros e suas finalidades.						
Código	ISCED41-CJURCFE028	Ano	4	Bloco	3	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Permite Diferenciar os meios de titularização de créditos; c) Conhecer o modo de funcionamento dos mercados financeiros; d) Reconhecer e caracterizar os diversos contratos bancários; Compreender, analisar e diferenciar os diversos os tipos de contratos de seguros e suas finalidades.						
Objectivos Específicos	Dominar e distinguir as diversas garantias bancárias; Reconhecer o regime de acesso e exercício das instituições de crédito e das seguradoras; Caracterizar e reconhecer os contratos financeiros; Dominar a utilização dos contratos de adesão no sector bancário e conhecer as regras do crédito ao consumo e crédito habitação; Identificar o enquadramento do sigilo bancário; Conhecer regime dos serviços mínimos bancários; Identificar os valores mobiliários, reconhecer os derivados financeiros; Discriminar os regimes jurídicos de contratos de seguro; Compreender o regime dos seguros financeiros.						
Resultados Esperados	A Disciplina de Direito da Banca e dos Seguros visa dotar o aluno de conhecimentos suficientes para identificar, distinguir e solucionar as diversas situações que surgem no dia-a-dia de um jurista, no que concerne à área bancária e seguradora. Não obstante este facto, a matéria a lecionar contém uma elevada carga teórica, requerendo uma análise cuidada da legislação em vigor, a qual tem sido objeto de constantes alterações, uma vez que se tratam de matérias voláteis às conjunturas económicas. Assim, pretendendo-se transmitir aos alunos esta realidade, a aula teórica terá necessariamente de ser complementada com a implementação de debates de ideias e análise crítica nas aulas. Para alcance cabal de todos os objectivos da aprendizagem é utilizado primeiramente o método expositivo, porém, é imprescindível a interatividade com o aluno no debate constante de posições.						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	<p>Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final.</p> <p>Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total</p>						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Autonomia e objeto do Direito Bancário e seus Princípios Estruturantes. Titularização de créditos. Contratos de adesão: a sua utilização no sector bancário e segurador. Deveres dos intermediários financeiros. Valores mobiliários. Os derivados financeiros: Swaps.	1	5	2	5			1	13	14
Contratos bancários. Contrato de conta. Comissões bancárias. As garantias bancárias do crédito. Garantias aparentes. Acesso e exercício da atividade bancária e da atividade seguradora e resseguradora.	1	5	2	5			2	14	15
Contratos financeiros. Do crédito ao consumo em especial. Do crédito à habitação. Serviços mínimos bancários. Sigilo bancário.	2	10	2	10			2	24	26
O Contrato de Seguro.	2	10	3	5			2	20	22
Seguros financeiros.	2	10	2	5			1	18	20
Seguro de Acidentes de Trabalho e FAT.	1	5	2	5			1	13	14
Seguro de saúde e de Vida.	1	5	2	5			1	13	14
Total	10	50	15	40			10	115	125

<p>Webgrafia e bibliografia recomendadas</p>	<p>Bibliografia recomendada;</p> <p>ALMEIDA, J. C. Moitinho de, Contrato de Seguro – Estudos, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.</p> <p>ANTUNES, José A. Engrácia, Direito dos Contratos Comerciais, Reimpressão, Coimbra, Almedina, 2017</p> <p>SILVA, João Calvão da, Banca, Bolsa e Seguros – Tomo I Parte Geral, 5.ª edição, Coimbra, Almedina, 2017</p> <p>SILVA, João Calvão da, Titularização De Créditos – Securitization, 3.ª edição Coimbra, Almedina, 2013</p> <p>ANTUNES, José A. Engrácia, Direito dos Contratos Comerciais, Reimpressão, Coimbra, Almedina, 2017</p> <p>CORDEIRO, António Menezes, Direito dos Seguros, 2.ª Edição Revista e Atualizada, Coimbra, Almedina, 2017</p> <p>MARTÍNEZ, Pedro Romano, BRITO, José Miguel de Faria Alves de, et al., Lei do Contrato de Seguro – Anotada, 3.ª Edição, Almedina, 2016</p> <p>SILVA, João Calvão da, Direito Bancário, Coimbra, Almedina, 2005</p> <p>ALMEIDA, J. C. Moitinho de, Contrato de Seguro – Estudos, Coimbra, Coimbra Editora, 2009</p> <p>VASQUES, José, Contrato de Seguro – Notas para uma Teoria Geral, Coimbra, Coimbra Editora, 1999</p> <p>ALMEIDA, J. C. Moitinho de, Contrato de Seguro – Estudos, Coimbra, Coimbra Editora, 2009</p> <p>BARATA, José Fernando Nunes, (1987) “A África e o Direito”, in Revista da Ordem dos Advogados, III.</p> <p>BROWN, Nathan J., <i>Egypt and Islamic Sharia: A Guide for the Perplexed, Carnegie Endowment for International Peace.</i></p> <p>ANTUNES, Ana Filipa Morais, Comentário à Lei das Cláusulas Contratuais Gerais - Decreto de Lei N.º 446/85, de 25 de Outubro, Coimbra Editora, 2013</p> <p>CARVALHO, Jorge Morais, Manual de Direito de Consumo, Almedina, 2013.</p> <p>COULSON, Noel J., (1995), <i>Histoire du Droit Islamique</i>, Paris, Presses Universitaires de France, s/d.</p> <p>CUNHA, Paulo Ferreira da, Amor Juris: Filosofia Contemporânea do Direito e da Política, Lisboa, Edições Cosmos,</p> <p>DAINOW, Joseph, (1966-1967) “The civil law and the common law: some points of comparison”, in <i>The American Journal of Comparative Law</i>, vol. 15.</p> <p>MARTÍNEZ, Pedro Romano, Contratos Comerciais, Lisboa, Principia, 2001</p> <p>MARTÍNEZ, Pedro Romano, BRITO, José Miguel de Faria Alves de, et al., Lei do Contrato de Seguro – Anotada, 3.ª Edição, Almedina, 2016.</p> <p>POÇAS, Luís, O dever de declaração inicial do risco no contrato de seguro, Almedina, 2013.</p> <p>SILVA, João Calvão da, Banca, Bolsa e Seguros – Tomo I Parte Geral, 5.ª edição, Coimbra, Almedina, 2017.</p> <p>SILVA, João Calvão da, Titularização De Créditos – Securitization, 3.ª edição Coimbra, Almedina, 2013.</p> <p>VASQUES, José, Direito dos Seguros, Coimbra Editora, 2005</p> <p>VASQUES, José, Contrato de Seguro, Coimbra Editora, 1999</p> <p>VASQUES, José, Contrato de Seguro – Notas para uma Teoria Geral, Coimbra, Coimbra Editora, 1999</p>
---	--

56. Justiça Constitucional

Nome da disciplina	JUSTIÇA CONSTITUCIONAL						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Pretende-se que o estudante conheça os princípios e normas que garantem o respeito pela Constituição e o funcionamento do Tribunal Constitucional.						
Código	ISCED41-CJURCFE030	Ano	4	Bloco	1	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Analisar a Constituição da República de Moçambique, como a lei mãe; pretende – se aprimorar no aluno conhecimentos científicos especializado no domínio das garantias da justiça constitucional;						
Objectivos Específicos	Preparação teórica e prática na área das Ciências Jurídico-políticas com o objectivo de proceder a uma formação especializada no domínio das garantias dos direitos fundamentais, incluindo a justiça constitucional. Fomentar a "criatividade" individual (ou, excepcionalmente, de pequenos grupos) com o intuito de encorajar o aprofundamento do conhecimento científico e, na medida do possível, incentivar a investigação com resultados tendencialmente autónomos.						
Resultados Esperados	Espera – se que o aluno seja capaz: Conhecer a constituição; Conhecer os efeitos da decisão da inconstitucionalidade; conhecer os tipos de fiscalização da constituição previsto no ordenamento jurídico Moçambicano;						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total.						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Garantias da Constituição;	1	4	5	4			2	15	16
Constituição e inconstitucionalidade;	2	4	2	4			2	12	14
Os sistemas de controlo da constitucionalidade;	1	4	4	4			2	14	15

Processos de fiscalização da constitucionalidade;	1	4	4	5			2	15	16
A fiscalização da constitucionalidade na história constitucional moçambicana;	1	4	3	5			2	14	15
O Actual regime da fiscalização da constitucionalidade;	1	2	4	4			2	12	13
Competência, da organização e do funcionamento do Tribunal Constitucional;	1	2	4	5			2	13	14
O lugar do Ministério Público no sistema de fiscalização da constitucionalidade;	1	2	2	3			2	9	10
Os efeitos da decisão de inconstitucionalidade	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	31	38			18	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendada:</p> <p>MINA, Amanda Micaele Linhares (2014) - <i>Justiça Constitucional</i>; CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes (2011) - <i>DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA CONSTITUCIONAL</i>; De Moraes, Alexandre (2003) - <i>DIREITO CONSTITUCIONAL</i>. MASCARENHAS, Paulo, <i>MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL</i>, 2010 MIRANDA, Jorge, <i>MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL</i>, 2010 CANOTILHO, J. J. Gomes, Estudo sobre Direitos Fundamentais, Coimbra, 2004. — Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7ª ed., Coimbra, 2003. — e MOREIRA, Vital, Constituição da República Portuguesa. Anotada, 3ª ed., Coimbra, 1993; e 4ª ed., I, Coimbra, 2007.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>Fernando Antônio Dias Menezes, João José Custódio da Silveira, Jorge Miranda, <i>Justiça Constitucional</i>, Almedina, 2018. CORREIA, Fernando Alves, <i>Justiça Constitucional</i>, Almedina, 2019. MENDES, Gilmar Ferreira, <i>Jurisdição Constitucional</i>, São Paulo, 2004. MIRANDA, Jorge, <i>Manual de Direito Constitucional</i>, IV, 3ª ed., Coimbra, 2000; VI, Coimbra, 2001. (org.), <i>Nos Dez Anos da Constituição</i>, Lisboa, 1986.</p>
--	--

	<p>e MEDEIROS, Rui, Constituição Portuguesa Anotada, I, Coimbra, 2005, e II, Coimbra, 2006. MORAIS, Carlos Blanco de, Justiça Constitucional, I e II Coimbra, 2011; Direitos Fundamentais. Teoria Geral, Coimbra, 2002. Justiça Constitucional e Interpretação da Constituição. A procura de um novo paradigma, in: “Nos 25 Anos da Constituição da República Portuguesa QUEIROZ, Cristina, Justiça Constitucional, Petrony, 2017.</p>
--	--

57. Direito dos Contratos

Nome da disciplina	DIREITO DOS CONTRATOS						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Desenvolver consciência ambiental com relação ao contrato, garantindo a observância dos princípios da preservação e da proteção ao meio-ambiente nas fases de elaboração e, principalmente, de execução do contrato.						
Código	ISCED41-CJURCFE031	Ano	2	Bloco	4	Créditos	5
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	Compreender o contrato como instrumento garantidor das relações cíveis estabelecidas por pessoas físicas e jurídicas, quando da transferência de bens, direitos e obrigações entre as mesmas em razão e nos limites de sua função social, empregando os conhecimentos adquiridos em sua elaboração.						
Objectivos Específicos	Apontar os elementos constitutivos de um contrato cível. Reconhecer os contratos nominados e suas peculiaridades; Identificar situações-problema nas relações cíveis, buscando a solução contratual adequada; Elaborar, com os conhecimentos adquiridos, um contrato adequado a situação apresentada em dado momento histórico-social; Aplicar os conhecimentos adquiridos no auxílio à proteção do ambiente, principalmente quando da execução dos contratos.						
Resultados Esperados	Depois de terminar a disciplina de Direito dos Contratos, o aluno deverá ser capaz de: ter domínio dos aspectos gerais sobre os contratos tais como a definição, formação, condições de validade, princípios gerais, classificação e formas de extinção. Deverá também ter domínio dos contratos em especial, isto é conhecer o regime jurídico dos contratos nominados e típicos do nosso ordenamento jurídico						
Metodologias de ensino e aprendizagem	Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 25% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 75% da pontuação total						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Teoria Geral dos Contratos: Contrato; Requisitos de existência e validade dos contratos	1	4	2	2			2	10	11
Princípios Contratuais Formação do contrato	1	4	2	4			2	12	13
Classificação dos contratos Interpretação dos contratos	1	4	2	4			2	12	13
Defeitos nos Contratos Do Terceiro na Formação Contratual	1	4	4	5			2	15	16
Contratos aleatórios Extinção dos contratos	1	2	2	5			2	11	12
Dos tipos e especificidades dos contratos Dos Contratos relacionados à Propriedade Contrato de empréstimo	1	2	3	4			2	11	12
Dos Contratos sobre Serviços Contrato de depósito	1	2	4	5			2	13	14
Do Contrato por Intermédio de Terceiro Contrato de Transporte	1	2	2	3			2	9	10
Contrato de Seguro Contrato de Constituição de Renda	1	2	3	4			2	11	12

Das Dívidas de Jogo e aposta Contrato de Fiança Transação e Compromisso	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendada CAPARROZ, Roberto, Saberes do Direito, 2012 FRAGOSO, Américo Oliveira, CONTRATOS DE ADESÃO NO NOVO CÓDIGO COMERCIAL DE MOÇAMBIQUE, 2006 Código, Comercial (2009) QUEIROZ, Marcos Antônio, Gestão Comercial, 2012 CORDEIRO, António Menezes, Tratado de Direito Civil XII, Contratos em especial (2ª parte), Almedina, 2018 ALMEIDA, Carlos Ferreira de, Contratos I, Conceitos, Fontes, Formação (6ª Edição), Almedina, 2017</p> <p>Bibliografia Complementar: VENOSA, S. de S. Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v. 2. FIÚZA, C. Direito Civil: curso completo. 14. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. MARTINEZ, Pedro Romano, Direito das Obrigações (Parte Especial) – Contratos, Almedina, 2017. ALBUQUERQUE, Pedro de, Direito das Obrigações - Contratos em Especial - Volume I, Tomo I, Almedina, 2017. CRISTAS, Assunção, Cícero Roberto Pereira, Jorge Morais Carvalho e Alice Ramos Incumprimento dos Contratos, Almedina 2013 TARTUCE, F. A função social dos contratos do Código de Defesa do Consumidor ao novo Código Civil de 2002. 2. ed. São Paulo: Método, 2007. TEPEDINO, G. Código Civil interpretado. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. WALD, A. Curso de Direito Civil. 18. ed. São Paulo: RT, 2009. v. 2.</p>
--	---

58. Medicina Legal

Nome da disciplina		MEDICINA LEGAL					
Tipo de disciplina		Específica					
Descrição geral da disciplina		Estuda – se as linhas de orientação sobre a actuação do direito em geral, relativamente a casos médico-legais específicos, tendo em vista a articulação transdisciplinar fundamental à resolução desses casos, não só a nível da medicina e do direito mas, também, com outras áreas do saber, designadamente, o serviço social e a psicologia;					
Código	ISCED41-MEDCFE001	Ano	4	Bloco	2	Créditos	6
Disciplinas precedentes		-					
Objectivos Gerais		Proporcionar uma jornada de aquisição de conhecimentos e capacidades tendo em vista preparar os futuros juristas para actuarem de forma correcta e adequada quando confrontados na sua vida profissional com questões de índole médico-legal, de modo a contribuírem para uma boa aplicação da justiça, no melhor interesse das vítimas.					
Objectivos Específicos		Obtenha um conjunto de conhecimentos básicos sobre semiologia médico-legal e sobre as várias vertentes de actuação da medicina legal e de outras ciências forenses, no que se refere à sua abrangência, objectivos e competências;					
Resultados Esperados		Espera-se que o estudante: Obtenha um conjunto de conhecimentos básicos sobre semiologia médico-legal e sobre as várias vertentes de actuação da medicina legal e de outras ciências forenses, no que se refere à sua abrangência, objectivos e competências; Conjuguem linhas de orientação sobre a actuação do direito em geral, relativamente a casos médico-legais específicos, tendo em vista a articulação transdisciplinar fundamental à resolução desses casos, não só a nível da medicina e do direito mas, também, com outras áreas do saber, designadamente, o serviço social e a psicologia; Fique sensibilizado, através do contacto com casos reais, para a necessidade de se empenhar em acções de prevenção da violência (voluntária e involuntária).					
Metodologias de ensino e aprendizagem		Serão usados métodos activos de ensino tais como discussões em grupo <i>online</i> , reflexão individual, jogos e dinâmicas de grupo, estudo de casos, demonstração e “role play” individual e em grupo. Os estudantes serão orientados a elaborar e implementar um projecto de investigação simples que possa ser aplicável ao seu ambiente de trabalho ou de residência.					
Técnicas e instrumentos de avaliação		Avaliação formativa – será observada os trabalhos de campo e as participações nos fóruns de discussões. Para cada actividade a média pesam em 40% sobre avaliação final. Avaliação sumativa – Ao final do semestre, haverá uma prova presencial de avaliação o valor da prova pesa 60% da pontuação total					

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução à Medicina Legal. História da Medicina Legal. Conceitos e Divisão	1	4	2	2			2	10	11

Documentos Médico-legais. Conceito, Classificação. Aspectos éticos	1	4	2	4			2	12	13
Identidade e Identificações. Conceito. Reconhecimento. Requisitos	1	4	2	4			2	12	13
Manchas em geral e pelos. Conceito. Sinais	1	4	4	5			2	15	16
Traumatologia. Os agentes lesivos e os seus efeitos. Classificação	1	2	2	5			2	11	12
Tanalogia. Conceito. Sinais de Morte	1	2	3	4			2	11	12
Sexologia Forense. Conceito. Crimes contra o costume	1	2	4	5			2	13	14
Psicopatologia Forense. Revisão histórica e Enquadramento	1	2	2	3			2	9	10
Antropologia Forense. Conceito. Classificação. Diagnostico	1	2	3	4			2	11	12
Médico-legal	1	2	3	4			2	11	12
Total	10	28	27	40			20	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>Bibliografia Recomendada</p> <p>ALMEIDA JÚNIOR, António Ferreira de (1991) – <i>Lições de Medicina Legal</i>, 22ª Edição, Nacional, São Paulo</p> <p>CROCE, Delton (1998) – <i>Manual de Medicina Legal</i>, 4ª Edição, Saraiva, São Paulo</p> <p>CALABUIG, Gisbert, <i>Medicina Legal e toxicologia</i>,</p> <p>ALMEIDA JÚNIOR, António Ferreira de (1991) – <i>Lições de Medicina Legal</i>, 22ª Edição, Nacional, São Paulo</p> <p>FÁVERO, Flamino (1991) – <i>Medicina Legal</i>, 12ª Edição, Villa Rica, Belo Horizonte</p> <p>GALVÃO, Luis Carlos Cavalcante, <i>Medicina Legal</i>, (2.ª Edição), Editora Santos, 2012.</p> <p>FILHO, Paulo Enio Garcia da Costa, <i>Medicina Legal e Criminalística</i> 2ª Edição, Alumnus, 2011</p> <p>FRANÇA, G. V. (2017) - <i>Medicina Legal</i>, 11ª Ed., Guanabara Koogan, Rio de Janeiro</p> <p>CHAVLOVSKI, Gregori, <i>Medicina Legal</i>, Ecolar Editora, 2014</p> <p>ZACARIAS, António Eugênio, <i>Manual de Medicina Legal e seguros</i>, editora universitária, 2004</p>
--	--

59. Ética e Deontologia

Nome da disciplina		Ética e Deontologia Profissional						
Tipo de disciplina		Geral						
Descrição geral da disciplina		A disciplina confere mecanismos para o questionamento ético, de tal modo que, contribua no aperfeiçoamento das práticas sociais e profissionais.						
Código	ISCED22-TTCFG0002	Ano	4	Bloco	2	Créditos	5	
Disciplinas precedentes		-						
Objectivos geral		<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar a ética e moral • Reflectir sobre as “regras” consagradas em códigos deontológicos • Relacionar as teorias normativas de cada área com os princípios deontológicos da profissão • Relacionar os contextos em que se processam actividades profissionais, seus princípios e a ética 						
Objectivos específicos		<ul style="list-style-type: none"> • Dominar os mecanismos de questionamento ético e deontológicos; • Aplicar a ética e deontologia no aperfeiçoamento das práticas sociais e profissionais. 						
Resultados esperados		Adquirir uma visão analítica compreensiva das diversas dimensões, dinâmicas e problemas, níveis e actores da vida social, bem como capacidades de apresentar e discutir os principais preceitos deontológicos que vigoram em diferentes organizações.						
Metodologias de ensino e aprendizagem		Orientação do estudo individual dos temas com base em leituras, exemplos e resolução de exercícios aplicados a situações de aprendizagem						
Técnicas e instrumentos de avaliação		A avaliação formativa será baseada em trabalhos, exercícios práticos e testes (equivalente a 40%). A avaliação sumativa será realizada por via de um exame escrito (60%).						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Introdução à Ética	2.0	5.0	2.0	5.0			2.0	14.0	16.0

Os teóricos da ética	3.0	5.0	5.0	12.0			2.0	24.0	27.0
Ética como ciência da moral	2.0	10.0	3.0	6.0			3.0	22.0	24.0
A norma moral como expressão dos valores morais.	2.0	5.0	3.0	6.0			2.0	16.0	18.0
Deontologia Profissional	1.0	5.0	2.0	6.0			1.0	14.0	15.0
Total	10.0	30.0	15.0	35.0			10.0	90.0	100.0

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>ARRUDA, M ta al. (2007). Fundamentos de Ética Empresarial e Económica. 3ªed São Paulo: Editora Atlas.</p> <p>ARISTÓTELES, (2007). Ética a Indomado. São Paulo: Editora Martim Clarete.</p> <p>VIRTON, Paulo (1990) - Os dinamismos sociais, S/ Ed.</p> <p>BOTOMORE, Tom, et. Al., S/D - História da análise antropológica, Zahar Editora, Rio de Janeiro</p> <p>ANDRE, Graça; Hans. Walz (2004) - Os direitos humanos na perspectiva da intervenção social, S/ Ed.</p> <p>OLIVEIRA, Maria da Luz, et Al. (1989) – Sociologia, Porto Editora</p> <p>BENEDICT, Ruth, S/D - Padrões de Cultura, Edição do Brasil</p> <p>ANTHONY, Giddens (2004) – Sociologia, Fundação Calouste Gulbenkian</p> <p>RONALD, D. (1999) Ética para Psicólogos, Lisboa, Instituto Piaget.</p>
--	--

NB: T = Aula teórica; TP = Aulas teóricas/práticas; TC = Trabalhos de Campo, (trabalhos recomendados pelo tutor); E = Estágio; PL = Práticas de Laboratório; AP = TG = Trabalho em grupo (participação em fóruns de discussão seja virtual ou física no local onde o estudante se encontra); TEA = Número total de horas de estudo autónomo.

60. Estágio

Nome da disciplina	Estágio						
Tipo de disciplina	Integração						
Descrição geral da disciplina	O estudante devera ser capaz de encontrar uma instituição / Empresa ligada a área de formação de modo a adquirir uma experiência de trabalho (estágio) e de levar a cabo as tarefas alocadas no ambiente de trabalho real de uma instituição.						
Código	ISCED42-PRCFG001	Nível	4	Bloco	3	Créditos	10
Disciplinas precedentes	-						
Objectivos Gerais	O principal objectivo do estagio consiste em permitir ao estudante finalista do curso de Direito utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica, que lhe permitira analisar, interpretar e aplicar diversas normas jurídicas na resolução de uma situação controversa.						
Objectivos Específicos	Levar a cabo tarefas alocadas durante a experiência de trabalho (estágio) com responsabilidade e competência, Preparação do estágio, Realização de tarefas Cooperação, comunicação e trabalho em equipa.						
Resultados Esperados	No final da disciplina, o estudante deverá ter domínio e competência na área do direito, ficando adstrito a procurar uma instituição com departamento ou secção						
Metodologias de ensino e aprendizagem	O método de ensino -aprendizagem inclui técnicas de orientação do estágio por um supervisor no local de estágio e um tutor no ISCED. Um dos objectivos do estágio é desenvolver competências através de uma experiência de trabalho que permita ao estudante elaborar um projecto.de desenvolvimento agrário.						
Técnicas e instrumentos de avaliação	Avaliação do estágio será feita no local do estágio pelo supervisor de estágio da empresa/local onde estágio é realizado e no ISCED pelo tutor do estágio com base em critérios de desempenho pré-definidos						

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEA	
Preparação do	2	10	4	8			2	24	26
estágio	2	10	4	8			2	24	26
Realização de tarefas	2	10	4	7			2	23	25
Cooperação, comunicação e trabalho em	2	10	2	8			2	22	24
equipa	2	10	2	8			2	22	24
Total	10	50	16	39			10	115	125

Webgrafia e bibliografia recomendadas	Regulamento Geral dos Cursos e Sistemas de Avaliação do ISCED Regulamento de Estágios Profissionais do ISCED Regulamento de Monografia Científica do ISCED
--	--

NB: T = Aula teórica; TP = Aulas teóricas/práticas; TC = Trabalhos de Campo, (trabalhos recomendados pelo tutor); E = Estágio; PL = Práticas de Laboratório; AP = TG = Trabalho em grupo (participação em fóruns de discussão seja virtual ou física no local onde o estudante se encontra); TEA = Número total de horas de estudo autónomo.

61. Monografia

Nome da disciplina	Monografia						
Tipo de disciplina	Específica						
Descrição geral da disciplina	Elaboração, sob a orientação de um supervisor, de um Trabalho Final de Curso, de natureza monográfica, em forma de revisão de literatura, de projecto ou de relatório de experiência, que demonstre conhecimentos ou habilidades específicas e que reflita um aproveitamento geral do Curso.						
Código	ISCED42-PRCFG002	Ano	4	Bloco	3 e 4	Créditos	20
Disciplinas precedentes	N/A						
Objectivos Gerais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar um trabalho final de conclusão do curso. 						

Objectivos Específicos	▪ Desenvolver um projecto de pesquisa em Gestão Ambiental e áreas a fins;
Resultados Esperados	▪ Dissertar sobre um determinado problema ambiental e propor soluções para mitigação dos seus efeitos.
Metodologias de ensino e aprendizagem	Interacção nos fóruns de esclarecimento de dúvidas; interacção nos fóruns de cada etapa da Monografia; Supervisão das actividades através de um supervisor de monografia científica.
Técnicas e instrumentos de avaliação	As etapas da Monografia Científica serão avaliadas pelo Supervisor designado para orientar os estudantes durante o período de dissertação. Avaliação da Monografia Final será feita pelos membros de Júri constituídos para defesa com base em critérios pré-definidos no Regulamento de Monografia Científica do ISCED.

Tema	Horas de Contacto	Estudo Autónomo							Total
		T	TP	TC	E	PL	AP (Chats e TG)	TEI	
Análise e ajuste dos temas	0.5	10	15	20			4	45.5	49.5
Projecto de pesquisa	1	10	15	50			10	76	86
Introdução	1	10	15	10			10	36	46
Revisão da Literatura	1	10	15	10			10	36	46
Metodologia e concepção do Instrumento de Recolha de dados	2	10	15	30			10	57	67
Trabalho de Campo e Discussão dos Resultados	1	10	15	50			10	76	86
Conclusões e recomendações	0.5	10	15	10			5	35.5	40.5
Referências Bibliográficas	0.5	10	15	10			4	35.5	39.5
Aspectos pré-textuais e pós-textuais	0.5	10	15	10			4	35.5	39.5
Monografia Completa	2	10	15	30			15	57	72
Total	10	100	150	230	0	0	82	490	500

Webgrafia e bibliografia recomendadas	<p>AMARAL, W. do (Compil.). Guia para apresentação de teses, dissertação, trabalhos de graduação. 2. ed. rev. Maputo: Livraria Universitária, 1999.</p> <p>ANDRADE, M. M. de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>FRANÇA, J. L. et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 8. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.</p>
--	--

MEDEIROS, J. B. Redacção científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, J. B.; ANDRADE, M. M. de. Manual de elaboração de referências bibliográficas. São Paulo: Atlas, 2001.

SPECTOR, N. Manual para a redacção de teses, projectos de pesquisa e artigos científicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

Regulamento de Monografia Científica do ISCED

NB: T = Aula teórica; TP = Aulas teóricas/práticas; TC = Trabalhos de Campo, (trabalhos recomendados pelo tutor); E = Estágio; PL = Práticas de Laboratório; AP = TG = Trabalho em grupo (participação em fóruns de discussão seja virtual ou física no local onde o estudante se encontra); TEA = Número total de horas de estudo autónomo.